QUEM FOI QUE DISSE?
QUEM FOI QUE FEZ?



Ridendo Castigat Mores

Quem foi que disse? Quem foi que fez?
Departamento de Imprensa e Propaganda(DIP)
Edição
Ridendo Castigat Mores

Versão para eBook
eBooksBrasil.com

Fonte Digital
www.jahr.org

Autor: Departamento de Imprensa e Propaganda(DIP)
Edição eletrônica:
Ed. Ridendo Castigat Mores
(www.jahr.org)

Quem foi que disse?
Quem foi que fez?



Departamento de Imprensa e Propaganda

(DIP)

ÍNDICE

Apresentação — 6
Nélson Jahr Garcia

QUEM FOI QUE DISSE?
QUEM FOI QUE FEZ?

Introdução — 9
Quem foi que disse que a terra do Brasil é "De tal maneira boa que, em se querendo, dar-se-á nela tudo"? — 11
Quem foi que disse: "Aut libertas aut nihil"? — 13
Quem foi que fez o Brasil tornar-se um grande centro produtor de café? — 18
Quem foi que disse: "Por este preço, não quero mais suíços"!? — 20
Quem foi que disse: "Morro pela Liberdade!"? — 23
Quem foi que disse: "Lembrai-vos de que o coração é a fonte da vida, e atirai..."? — 27
Quem foi que disse: "Põe a coroa sobre a tua cabeça, antes que algum aventureiro lance mão dela"? — 29
Quem foi que disse: "Como é para bem de todós e felicidade geral da Nação, digam ao povo que fico!"? — 31
Quem foi que disse: "Só passareis se o fizerdes por sobre o meu cadáver!"? — 34
Quem foi que disse: "Independência ou morte!"? — 36
Quem foi que disse: "O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever"? — 38
Quem foi que disse: "Na bandeira brasileira não se toca!"? — 41
Quem foi que fez o saneamento da Baixada Fluminense? — 43
Quem foi que disse: "Sigam-me os que forem brasileiros!"? — 45
Quem foi que disse: "Mais uma carga, camaradas!"? — 49
Quem foi que disse: "Venda-se o último brilhante da coroa, contanto que nenhum brasileiro morra de fome"! — 52
Quem foi que disse: "Morro... e comigo morre o teatro nacional!"? — 54
Quem foi que disse: "Prefiro perder a coroa, a consentir na continuação do tráfico de escravos"? — 56
Quem foi que disse: "Aqui não embarcam mais escravos!"? — 59
Quem foi que fez a febre amarela cessar no Rio? — 61
Quem foi que disse: "O meu lugar é aqui!"? — 65
Quem foi que fez correr o primeiro trem no Brasil? — 67
Quem foi que disse: "Viva a República!"? — 70

Quem foi que disse: “À bala!”? — 73
Quem foi que fez o primeiro vôo no “mais pesado do que o ar”? — 76
Quem foi que disse: “Rumo ao mar e cada vez com mais poder”? — 80
Quem foi que fez a anexação do Acre ao Brasil? — 85
Quem foi que dissolveu os partidos políticos no Brasil? — 90
Quem foi que fez a avenida Rio Branco? — 92
Quem foi que disse: “O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o Oeste”? — 97
Quem foi que fez a música do Hino Nacional? — 100
Quem foi que integrou o Exército Nacional no seu verdadeiro valor? — 103
Quem foi que fez a letra do Hino Nacional? — 105
Quem foi que fez desaparecerem as bandeiras estaduais e instituiu a Bandeira única no Brasil? — 107
Quem foi que fez correr o primeiro bonde no Brasil? — 110
Quem foi que fez as leis trabalhistas brasileiras? — 112
Quem foi que disse: “Quem nasce no Brasil, ou é brasileiro ou traidor”? — 115
Quem foi que disse: “Acabaram-se os intermediários entre o Governo e o Povo”? — 117

Apresentação
Nélson Jahr Garcia

"Quem foi que disse? Quem foi que fez?" foi editado pelo famigerado Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o poderoso órgão de censura e divulgação da ditadura do Estado Novo. Não consta o ano de publicação, que só pode ter sido entre 1939 e 1945.

O livro narra frases e feitos de militares e homens públicos da História do Brasil, tais como: Duque de Caxias, Barão do Rio Branco, Osvaldo Cruz e muitos outros. Mas há um nome recorrente: Getúlio Vargas. Ao final tem-se a sensação que o Brasil teve muitos heróis, mas o maior de todos foi Vargas.

A linguagem é propositalmente simples e direta, já que o texto era dirigido a crianças, trabalhadores e pessoas humildes. Aliás, livros desse tipo foram publicados às centenas; em 1941 o DIP publicava a média de uma obra a cada oito dias.

Alguns textos tinham títulos sugestivos, embora provocassem riso, se publicados hoje. Vejamos uns poucos: "O Brasil é bom", "O Chefe

dos Governo zela pelos servidores do Estado", "... benefícios assegurados pelo Presidente Getúlio Vargas ao proletariado nacional.", "Getúlio Vargas e a arte no Brasil", "Amor à terra, realizações do decênio Getúlio Vargas no nordeste brasileiro", "Anchieta e Getúlio Vargas", "Getúlio Vargas, estadista, orador, homem de coração", "Getúlio Vargas, o reformador social", "Getúlio Vargas para crianças", "Getúlio Vargas, soldado do Brasil", "Perfil do estudante Getúlio Vargas", "História de um menino de São Borja (a vida da Presidente Getúlio Vargas contada por Tia Olga aos seus sobrinhos Rosa Maria e Chico-Chicote)", "Um homem que governa", "O sorriso do Presidente".

Muitos dirão que se tratava de formas de propaganda autoritária e manipuladora, o que é uma verdade inquestionável mas, do ponto de vista técnico e, pensando-se na época em que foi realizada, era impecável.

Em 1964, um grupo de militares rasgou a Constituição, depuseram o Presidente legalmente eleito e se assenhorearam do Estado. Gastaram fortunas em propaganda durante vinte anos; não sobrou nada, talvez um ou outro "slogan" agressivo e asqueroso. Getúlio, que não teve a TV para usar, seja verdade ou não, é até hoje lembrado como o pai dos trabalhadores, protetor dos artistas, preocupado com as crianças, criador

da indústria brasileira. Basta lembrar que, deposto, em 1945 Vargas foi eleito senador por dois estados e deputado por sete para, poucos anos depois, ser eleito Presidente da República.

Quem foi que disse?
Quem foi que fez?

Introdução

Recordar os grandes feitos da história, de maneira amena, pitoresca, ou mesmo anedótica, constitui, sem dúvida, um serviço útil prestado à cultura popular e ao aprimoramento do espírito cívico das massas. Através de uma frase ou de um grande acontecimento, procuramos aqui veicular ensinamentos de caráter patriótico, de sentido construtivo, noções e ensinamentos que se podem fixar, sem esforço, na memória de toda gente, de moços e de velhos. Este trabalho se destina, porém, de preferência à juventude brasileira, que vem tendo a sua atenção seduzida pelas historietas ilustradas estrangeiras, de feitio puramente sensacionalista e desnacionalizante, sem nada de educativo ou edificante, ao passo que esquece as figuras da nossa história, os heróis que se sacrificaram pela causa da independência e da República, e dos homens de Estado que realizaram obras úteis, em favor do país, promovendo o bem coletivo e o progresso da Nação.

Este trabalho não é um livro didático. Nele, procuramos, precisamente, fugir aos planos metódicos e à aridez dos compêndios, para atender às tendências do espírito juvenil que exige leituras fáceis e agradáveis. Quem foi que disse? Quem foi que fez? A muita gente, certas perguntas parecerão perguntas de bolso, coisas sabidas que não conviria recapitular. Acontece, porém, que essas perguntas e as respostas que as elucidam não são dirigidas aos eruditos, nem aos sabedores de história, mas ao homem do povo, ao trabalhador, ao menino pobre, que não pode comprar livros, ao soldado e ao marinheiro que, por defenderem a Pátria, nos momentos de perigo, e garantirem a paz para o trabalho, devem saber quem foram os grandes homens do Brasil que todos nós devemos amar com a mesma força, o mesmo ardor e o mesmo entusiasmo com que todos eles a amaram.

Quem foi que disse que a terra do Brasil é "De tal maneira boa que, em se querendo, dar-se-á nela tudo"?

Foi Pero Vaz Caminha, o famoso cronista português, que veio ao Brasil como escrivão da frota de Pedro Álvares Cabral, quando o nosso país foi descoberto, em 1500, e dele tomaram posse os lusos, em nome do rei de Portugal. A carta de Pero Vaz Caminha, o primeiro documento escrito sobre a terra brasileira, é um hino à beleza da natureza selvagem e à exuberância do Brasil primitivo. Descrevendo a fertilidade do solo, o diâmetro do tronco das árvores, que seriam precisos vários homens reunidos para abraçá-las, Pero Vaz Caminha teve esta expressão que se tornou célebre e que, por isso mesmo, foi aproveitada como inscrição do monumento comemorativo do descobrimento, existente no largo da Glória, no Rio de Janeiro, e no qual figuram Pedro Alvares Cabral, frei Henrique de Coimbra, que disse a primeira missa no Brasil, e Pero Vaz Caminha, o escrivão da frota. Lá estão, na base do monumento, perpetuadas no bronze, as suas palavras cheias de entusiasmo e encantamento pela terra do Brasil:

"A terra é de tal maneira graciosa e fértil que, em se querendo, dar-se-á nela tudo".

Não tiveram os brasileiros, por muitos e dilatados anos, visão tão aguda quanto a do profético escrivão de Cabra!. Por muito tempo, Estados brasileiros entregaram-se exclusivamente à monocultura. São Paulo era um Estado exclusivamente cafeeiro, como Pernambuco era um Estado exaustivamente açucareiro. Política agrária errada era essa, e muito sofreu a nossa economia em razão disso. Uma das preocupações atuais do Governo, através do Ministério da Agricultura, que foi instalado em 1909, na gestão de Nilo Peçanha, e consideravelmente ampliado na gestão do Presidente Getúlio Vargas, é desenvolver sistematicamente a policultura, assentando em outras bases, de maior solidez, o nosso edifício econômico. Hoje, depois de haver desenvolvido, em larga escala, a cultura do algodão e a vitivinicultura, o cacau e o fumo, o Governo está interessado no desenvolvimento da cultura do trigo, tendo já conseguido resultados bastante significativos, que prenunciam que, em breve, os brasileiros comerão pão nacional, sem dúvida mais saboroso e mais puro do que o que nos vem do estrangeiro e, sobretudo, muito mais barato e menos pesado à nossa economia.

Quem foi que disse:
"Aut libertas aut nihil"?

Foi o poeta Cláudio Manuel da Costa, um dos Inconfidentes mineiros, o Glauceste Satúrnio da Arcádia Romana, quando os conspiradores, chefiados por Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, procuravam uma legenda para a bandeira da Pátria, que eles queriam livre e republicana. Cláudio Manuel da Costa, que foi notável poeta e extremado patriota, nasceu na vila de Ribeirão do Carmo, atual cidade de Mariana, em Minas Gerais, a 6 de junho de 1729.

Estudou com os jesuítas no Rio, onde fez o curso de humanidades, seguindo depois para Portugal, onde se matriculou na Universidade de Coimbra. Ali, graduou-se em direito e entrou para a Arcádia Romana, adotando, como era de praxe, um nome poético, que foi o de Glauceste Satúrnio. Regressando ao Brasil, exerceu a advocacia e foi, mais tarde, secretário do capitão geral da Província. A opressão da metrópole fazia sentir-se, então, de maneira odiosa, negando à colônia todos os elementos de progresso intelectual, inclusive proibindo a impressão de livros e jornais, e carreando para Portugal, sob a forma de pesadíssimos tributos, cobrados "manu militari", todo o ouro arrancado às entranhas da terra pelos audazes garimpeiros. O arbítrio e o

despotismo com que os delegados da Coroa exerciam o poder agravava a situação, e não havia para onde apelar ou recorrer. Foi então que, nesse ambiente intolerável, surgiu a conspiração. "A idéia da independência — escreve Joaquim Norberto de Sousa Silva, antigo presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em ensaio publicado por ocasião do centenário da morte do poeta — teve por despertadora a opressão dos impostos, pois as Instruções de Martinho de Mello, Ministro dos Negócios Ultramarinos, recomendavam ao visconde de Barbacena, o qual se havia empossado no governo da capitania, toda a atividade na cobrança. Devia a capitania a fabulosa soma de quinhentas e trinta e oito arrobas de ouro, ou 3.305:427$000, que tinha de ser cobrada por meio da derrama, sem falar no imposto anual de cem arrobas, na importância de 614:400$000". Um movimento que visasse livrar a capitania de tão escorchantes impostos conquistaria, sem dúvida, muitas adesões e a imediata simpatia popular.

Das palestras literárias na residência do tenente coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, de Cláudio Manuel da Costa e de Tomaz Antônio Gonzaga, surgiu a idéia da conspiração, a que logo se incorporou Tiradentes, este mais cheio de entusiasmo do que os outros e, por isso mesmo, mais ousado na propaganda, falando sem

discrição sobre o movimento e terminando por comprometer-se, comprometendo, também, os demais conjurados. A causa do insucesso do movimento deve-se à habilidade com que se houve o delegado da metrópole, visconde de Barbacena, cujos espiões, Joaquim Silvério dos Reis e o tenente coronel Basilio de Brito Malheiro do Lago, de bom grado se prestaram ao mesquinho papel de delatores e o traziam a par de todos os passos dos Inconfidentes. Em primeiro lugar, fez adiar a cobrança dos impostos e, logo em seguida, determinou a prisão dos cabeças do movimento. No Rio, Tiradentes foi colhido pela polícia. A 23 de maio, era cercada a casa de Tomaz Antônio Gonzaga, sendo ele preso e remetido para o Rio. Dias depois, a 25 de junho, Cláudio Manuel da Costa foi surpreendido, pela madrugada, ainda no leito, e levado preso para o segredo da casa real dos contratos de Vila Rica, hoje Ouro Preto, e que ainda existe, conhecida sob a denominação de CASA DOS CONTOS.

Interrogado, a 2 de julho, torturado moralmente, certo de que um triste e cruel destino o esperava e a todos os seus companheiros, Cláudio Manuel da Costa suicidou-se na prisão, escapando à forca, em que morreu Tiradentes, e ao desterro, na África, a que foram condenados os demais Inconfidentes.

Do auto de corpo de delito e exame feito no seu cadáver, constam estas palavras sobre o meio escolhido pelo poeta para a execução do seu trágico desígnio: "...e disseram achar-se o mesmo, como de fato se achou, de pé, encostado a uma prateleira, com um joelho firme em uma tábua dela, com o braço direito fazendo força em outra tábua, na qual se achava passada em torno uma liga de cadarço encarnado, atada à dita tábua e a outra ponta com uma laçada, e no nó corredio deitado o pescoço do dito cadáver, que o tinha esganado e sufocado, por lhe haver inteiramente impedido a respiração, por efeito do grande aperto que lhe fez com a força e gravidade do corpo na parte superior do laringe, onde se divisava do lado direito uma pequena contusão, que mostrava ser feita com o mesmo laço quando correu"...

A sentença, "expedida em observância das ordens da rainha, D. Maria 1a., de Portugal", dizia: "Ao réu Cláudio Manuel da Costa, que se matou no cárcere, declaram infame a sua memória e infames seus filhos e netos, tendo-os, e os seus bens confiscados para o fisco e a câmara real".

Cláudio Manuel da Costa foi, além de Tiradentes, o único Inconfidente que pagou com a vida o seu amor à Pátria, morrendo aos sessenta

anos de idade, na Vila Rica, que com tanto enlevo cantara nos seus versos apaixonados.

O Governo do Presidente Getúlio Vargas prestou as mais significativas homenagens às grandes figuras da Inconfidência Mineira. Transformou Ouro Preto, a antiga Vila Rica, em monumento nacional, e fez repatriar as cinzas dos brasileiros que morreram no degredo, em terras de África

Quem foi que fez o Brasil tornar-se um grande centro produtor de café?

Foi o capitão-tenente da guarda-costa Francisco de Mello Palheta que, em 1727, indo à Guiana em missão especial, no serviço de demarcação de fronteiras, trouxe para o Pará as primeiras mudas desse arbusto, que já havia sido introduzido ali, como na Martinica, pelos colonizadores franceses. Só entre 1760 e 1762, foi que, por iniciativa do desembargador Alberto Castello Branco, vieram do Maranhão, para o Rio de Janeiro, as primeiras sementes que deram origem aos cafezais fluminenses e, em seguida, aos de Minas Gerais, São Paulo e outras regiões, como o Espírito Santo e a Baía. Por todas as regiões onde existem as chamadas terras roxas, espalhou-se a onda verde dos cafezais, tornando-se o café um dos sustentáculos da economia brasileira. E o nosso principal produto. As estatísticas oficiais calculam em 3.950.200 hectares a área cultivada pelos cafeicultores, ou plantadores de café. Só no Estado de São Paulo, existem 1.609.000.000 de pés de café. O total era calculado, em 1937 — incluindo, além dos Estados citados, os de Pernambuco, Paraná, Ceará, Paraíba, Goiás, Santa Catarina, Alagoas e Sergipe — em 3.017.234.000 cafeeiros.

O Brasil é o maior produtor de café do mundo. O segundo país produtor é a Colômbia, com 532.200.000 pés de café, e o terceiro a Venezuela, com 202.000.000, seguindo-se, em escala menor, as possessões holandesas, o México, a Guatemala, a República do Salvador e a África do Sul. O café está sob a proteção do Governo que, além da ação do Ministério da Agricultura, no sentido de melhorar o produto e combater as moléstias peculiares ao cafeeiro, criou o Departamento Nacional do Café, destinado a controlar a produção, valorizar o produto e regular a sua exportação, em benefício geral da lavoura e da economia nacional.

Quem foi que disse:
“Por este preço, não quero mais suíços”!?

Foi D. João VI, ao ser informado das despesas feitas com a primeira leva de imigrantes europeus vindos para o Brasil. Esses imigrantes, suíços e alemães, foram localizados em Friburgo, dando o ensaio péssimo resultado. Cada imigrante saiu por 1.500 francos.

Conta Oliveira Lima, baseado no depoimento de von Liethold, que a razão desse fracasso residia no fato de terem sido os imigrantes recolhidos à matroca, entre gente pouco apta para tal fim e iludida com promessas enganosas, aqui chegando com a idéia de serem senhores de terras e de escravos, quando o que encontraram foi apenas a terra para ser cultivada pelos seus próprios braços, à custa do seu próprio suor. Desiludidos, quase todos esses suíços e alemães, fizeram-se soldados.

Essa foi a primeira tentativa de colonização feita no Brasil. A vinda dos suíços para o nosso país foi objeto do decreto firmado por D. João VI, a 16 de maio de 1818. Logo em seguida, houve uma tentativa para a introdução da imigração italiana, tendo o rei recebido a promessa de que seriam enviados para o Brasil três mil trabalhadores napolitanos. Esses napolitanos,

então mandados para o nosso país, eram a pior escória social, o rebotalho das galés, e felizmente só chegaram realmente a vir duzentos, egressos todos eles das prisões de Nápoles, onde cumpriam pena por delitos os mais variados. Antes da vinda de D. João VI para o Brasil, era inteiramente vedada a entrada de estrangeiros no país.

Eram raros os europeus que aqui aportavam, a não serem os portugueses, então donos da terra. D. João VI, a cuja administração fecunda muito deve o nosso país, alterou, porém, profundamente essa política e um dos seus primeiros decretos, ao chegar ao Rio, ainda na qualidade de príncipe regente, a 25 de novembro de 1808, concedia aos estrangeiros que viessem estabelecer-se aqui o direito a datas de terras, na mesma forma por que eram concedidas aos súditos portugueses, o que — acentua Oliveira Lima (D. João VI no Brasil) — era o melhor meio de chamar braços e energias para desenvolver a agricultura estacionária, a mineração decadente e a indústria em perspectiva.

Só muitos anos mais tarde, contudo, foi que a imigração pode ser organizada em moldes definitivos, tomando um caráter permanente, sistematizado. Segundo as estatísticas aceitas oficialmente pelo Ministério do Trabalho, de 1884 a 1937, entraram no Brasil, como imigrantes,

1.413.095 italianos, 1.191.370 portugueses, 583.579 espanhóis, 184.468 japoneses, 173.191 alemães, 99.101 muçulmanos (turcos, sírios e árabes), 86.157 austríacos e, em menor número, imigrantes de várias outras nacionalidades, entre as quais se apresentam a Polônia com 39.243, a Iugoslávia com 22.783, a Suíça com 10.733, etc. A entrada de imigrantes no Brasil foi regulada, recentemente, por lei especial do Estado Novo, que dispõe sobre a melhor distribuição dos colonos estrangeiros e estabelece novas normas de fiscalização, de modo a permitir a entrada no país, apenas, de elementos úteis à nossa lavoura.

Quem foi que disse:
“Morro pela Liberdade!”?

Foi Domingos José Martins, um dos heróis pernambucanos da revolução de 1817, que visava proclamar a independência do nosso país, ainda sob o jugo português, e implantar o regime republicano no Brasil. Natural do Espírito Santo, Domingos José Martins era um homem viajado e culto. Estivera em Londres, em contato com as principais figuras do liberalismo inglês, e com o famoso general venezuelano D. Francisco de Miranda, deixando-se inflamar pelas idéias de que este era um ardente propagador a da emancipação dos povos americanos.

Vindo para Pernambuco, em 1815, ligou-se ao capitão Domingos Teotônio Jorge, ao capitão José de Barros Lima, aos padres João Ribeiro Pessoa, Miguel Joaquim de Almeida e Castro (padre Miguelinho), tenente Felipe Nery Ferreira, Antônio Gonçalves da Cruz Cabugá e outros.

O Governador de Pernambuco, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, ao saber da conspiração, em que se tramava um movimento em favor da independência, incumbiu José Roberto da prisão dos elementos civis e o marechal Barbosa de Castro da prisão dos elementos militares. Tendo este, porém, se dirigido com palavras insultuosas

ao capitão José de Barros Lima e ao tenente José Mariano Cavalcanti, foi por eles abatido a golpes de espada. Desencadeou-se, então, o movimento. Caetano Pinto de Miranda Montenegro recolheu-se com sua família à fortaleza do Brum e os revolucionários correram a pôr em liberdade Domingos José Martins, que se achava preso por ordem do governador.

Depois de alguns combates, coroados de êxito, constituiu-se, a 7 de março de 1817, no Recife, o governo republicano, de que faziam parte o padre João Ribeiro, Domingos Teotônio Jorge, José Luiz de Mendonça, Manuel Corrêa de Araújo e Domingos José Martins. A revolução alastrou-se pelo interior, atingiu Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, onde Tristão de Alencar se colocou à frente do movimento. O padre Roma, despachado para a Baía, foi logo preso e mandado fuzilar pelo conde dos Arcos. E, a 23 de abril, era o Recife bloqueado pela esquadra comandada pelo chefe de divisão Rodrigues Lobo e, a 1o. de maio, subia pelas margens do São Francisco, rumo a Pernambuco, a tropa enviada pelo conde dos Arcos, sob o comando do marechal Joaquim de Mello Cogominho de Lacerda. Os realistas foram batidos no encontro do engenho de Utinga, foco da reação portuguesa, pelas forças de Francisco de Paula, general de divisão da nascente República. Não os perseguiu, porém, e deu assim

aso a que as forças se recompusessem e voltassem ao ataque. Temerosas do castigo do governo de D. João VI, várias vilas, como Santo Antão, Pau Dalho, Tracunhaem e outras, declararam-se contra a revolução. Domingos José Martins foi batido em um encontro, em maio, e o chefe do movimento ferido, capturado e posto a bordo de um dos navios da esquadra. Desmoronou-se, então, o movimento. O padre João Ribeiro, que queimou o arquivo revolucionário, para evitar perseguições a pessoas comprometidas, ingeriu veneno e, em seguida, enforcou-se. Seu corpo foi desenterrado da igreja do engenho Paulista e, indignamente, deceparam-lhe a cabeça, para presenteá-la, como um troféu de vitória, ao chefe de divisão Rodrigues Lobo. Na Baía, a 12 de junho, foram executados Domingos José Martins, José Luiz de Mendonça e o padre Miguelinho. Domingos José Martins portou-se como um bravo e, no momento da execução, disse:

—Vinde executar as ordens do vosso sultão (referia-se ao conde de. Arcos). Morro pela liberdade!

Não foram esses os únicos patriotas da revolução republicana de 1817 que derramaram o seu sangue pela independência do Brasil. Também foram executados, na forca, no Recife, a 5 de julho, Antônio Henriques Rebello; a 10 de

julho, padre Pedro de Sousa Tenório, José de Barros Lima e Domingos Teotônio Jorge; a 21 de agosto, Francisco José da Silveira, Amaro Gomes Coutinho e José Peregrino de Carvalho a 6 de setembro, padre Antônio Pereira e Inácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão.

Quem foi que disse:
“Lembrai-vos de que o coração é a fonte da vida, e atirai...”?

Foi o padre Roma, herói da revolução republicana de 1817, em Pernambuco, ao enfrentar, com a serenidade de um verdadeiro herói, o pelotão de fuzilamento. Já historiamos, em capítulo anterior, a bela página de patriotismo que foi esse movimento em prol da independência e do regime republicano, chefiado por Domingos José Martins. É esse herói — o padre Roma — uma das figuras mais singulares daquele movimento. Nascido em 1768, no Recife, José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima resolveu abraçar a carreira religiosa, entrando para o Instituto Carmelitano e, em seguida, professando, no convento de Goiânia, sob o nome de frei José de Santa Rosa. Mais tarde, obtendo licença dos seus superiores e à custa de seus pais, cursou a Universidade de Coimbra, obtendo a láurea de doutor em teologia. De Portugal, seguiu para a Itália, onde recebeu ordens sacras do cardeal Chiaramonti. Pouco tempo depois, achando-se, ainda, em Roma, resolveu deixar a vida religiosa, obtendo do papa breve de secularização e, em seguida, anulando, em Pernambuco, os seus compromissos sacerdotais, por sentença dos tribunais eclesiásticos, em 1807. Em 1808 abriu banca de advogado conseguindo grande clientela.

O antigo frade e padre, que então já havia constituído família, falava constantemente na capital italiana, que o encantara, recebendo, por isso, a alcunha de Padre Roma, com que se celebrizaria nas páginas da nossa história. Preso na Baía, quando ia procurar aliciar novos adeptos para a revolução de 1817, foi ele o primeiro mártir do movimento, tendo sido fuzilado a 27 de março, depois de haver passado por grandes torturas físicas e morais, que culminaram com o ato desumano de obrigarem seu próprio filho, Luiz Inácio de Abreu e Lima, a assistir ao fuzilamento.

O Padre Roma morreu como um legítimo herói. No momento de ser fuzilado, com uma serenidade impressionante, voltou-se para os soldados do pelotão de execução e disse-lhes:

—Camaradas, eu vos perdôo a minha morte. Lembrai-vos, na pontaria, de que o coração é a fonte da vida, e atirai...

Quem foi que disse:
"Põe a coroa sobre a tua cabeça, antes que algum aventureiro lance mão dela"?

Foi D. João VI, ao despedir-se de seu filho, D. Pedro, que ficava como regente do trono do Brasil, em 1821, por ocasião do regresso da Corte Portuguesa a Lisboa. D. João viera instalar-se no Brasil, embarcando em Lisboa, em fins de 1807, e aqui chegando, em princípios de 1808, com a prudente resolução de não cair prisioneiro das tropas napoleônicas, que então invadiam Portugal sob o comando do general Junot, e de organizar, aqui, "um novo império", conforme declarou na sua proclamação ao povo. D. João era, então, regente da coroa de Portugal, função de que se investira desde que enlouquecera sua mãe, a rainha D. Maria I (1792).

Filho de D. Pedro III, D. João, a quem deve o Brasil grandes benefícios, nasceu em Lisboa, em 1867, e na mesma cidade faleceu, em 1826. No Brasil, preparou o príncipe, sem o pressentir, talvez, a independência que logo depois seria proclamada, dando ao Brasil a estrutura de um verdadeiro Estado. Abriu os portos do Brasil ao comércio das nações amigas (7 de março de 1808), fundou o Banco do Brasil, a Imprensa Régia, o Museu Nacional, a Escola de Belas Artes, a Biblioteca Nacional, o Jardim Botânico, a

Escola de Medicina, o Arsenal de Marinha e outras úteis instituições. Elevou o Brasil à categoria de reino a 16 de dezembro de 1815 e, por morte de D. Maria I, que expirou a 19 de março de 1816, foi sagrado rei de Portugal, Brasil e Algarves. Depois de alguns anos de reinado, no curso do qual se verificaram, no Brasil, os primeiros movimentos insurrecionais, de caráter separatista, entre os quais a revolução pernambucana de 1817, D. João VI regressou a Portugal, onde lavrava o descontentamento pela sua longa ausência e fermentavam as rebeliões de fundo constitucionalista, sobrelevando a revolução de 1820, no Porto. D. João VI e a família real embarcaram, a 24 de abril de 1821, ao entardecer. O navio em que se encontrava o rei só levantou âncoras, porém, no dia 26. D. Pedro acompanhou o pai até à saída da barra, e, segundo depõe Rocha Pombo, foi à altura da Fortaleza de Santa Cruz que D. João VI, cheio de viva emoção, pois comovera-se até às lágrimas por ter de deixar o Brasil, terra que tanto amava, proferiu aquelas palavras, que os fatos, em breve, transformariam numa legítima profecia.

Quem foi que disse:
"Como é para bem de todos e felicidade geral da Nação, digam ao povo que fico!"?

Foi o príncipe D. Pedro de Bragança, que seria, mais tarde, o primeiro Imperador do Brasil. D. Pedro era o herdeiro da coroa do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, do trono ocupado, então, por seu pai, o tolerante e operoso monarca que foi D. João VI.

O rei, regressando a Portugal, escolhera o filho mais velho para ficar como regente, governando o Brasil e os brasileiros. Mas, depois de algum tempo, como D. Pedro, que muito amava o Brasil, para onde viera aos nove anos de idade, começava a dar sinais de grande independência e altivez, tomando medidas contrárias aos interesses da metrópole e destinadas somente a favorecer o novo reino e o bem-estar dos brasileiros, o que era muito grato aos sentimentos dos patriotas brasileiros e ao espírito nacionalista que se fazia prenúncio da próxima libertação, a corte portuguesa começou a fazer esforços no sentido de obter o regresso a Lisboa do príncipe herdeiro. Simples insinuações a princípio, terminaram por chegar ao Brasil ordens formais para o regresso do príncipe. Isso seria o mesmo que cassar as prerrogativas de

Reino que o país já possuía, e reduzí-lo, de novo, à condição de simples colônia portuguesa.

Os patriotas brasileiros ficaram, como era natural, desolados com isso. A situação agravou-se com a chegada, ao Rio, do brigue de guerra "Infante D. Sebastião", que trazia ordens para o imediato regresso do príncipe (9 de dezembro de 1821).

Logo, por feliz inspiração de um grupo de patriotas, foi enviada ao príncipe uma representação assinada pelos mais ilustres brasileiros — entre eles José Bonifácio e Martim Francisco — pedindo-lhe que ficasse no Brasil. Essa representação foi entregue a D. Pedro, no dia 1o. de janeiro de 1822, ano que não se encerraria sem ter sido, antes, proclamada a nossa independência.

Além dessa representação, foi-lhe dirigida outra, pelo Senado da Câmara, igualmente pedindo-lhe que ficasse.

José Clemente Pereira, presidente do Senado, fez um entusiástico discurso, interpretando o sentimento geral, e terminou lendo um manifesto popular com milhares de assinaturas. Isso ocorreu no dia 9 de janeiro de 1822, que ia converter-se numa das datas mais significativas da nossa história. D.Pedro, emocionado com o espetáculo da multidão que, entusiasmada e

vibrante, o ovacionava freneticamente, deu então uma resposta breve, porém altamente significativa:

—“Como é para bem de todos e felicidade geral da Nação, estou pronto. Digam ao povo que fico!”

O episódio ficou conhecido, nas crônicas históricas, como o "Dia do Fico". Pode dizer-se, sem exagero, que a partir desse dia, o Brasil começou a ser um país livre, uma nação independente. O 7 de setembro foi a confirmação dessa independência, que os brasileiros sempre saberão manter com dignidade e altivez.

Quem foi que disse:
"Só passareis se o fizerdes por sobre o meu cadáver!"?

Essa frase histórica é uma definição do valor, da bravura, do heroísmo da mulher brasileira, de sentimentos patrióticos elevadíssimos. Traz à nossa lembrança um dos episódios mais empolgantes e expressivos das lutas da Independência. Quem proferiu tais palavras, cheias de tão heróica decisão, de tão estórico propósito, foi a madre abadessa do Convento da Lapa, na Baía, Joana Angélica de Jesus A humilde religiosa que passou à história, incorporando-se à galeria das brasileiras célebres, ao lado de Marília de Dirceu, de Bárbara Heliodora, de Ana Nery, de Bárbara de Alencar e outras figuras, nascera na cidade do Salvador, a 2 de dezembro de 1861, e professara, em maio de 1873, sendo escolhida para o cargo de madre abadessa em 1817. Quando se feriam, na Baía, os combates entre os partidários da independência e as forças portuguesas, comandadas pelo general Madeira de Mello, grupos de revolucionários procuraram abrigar-se no Convento da Lapa, dali abrindo fogo contra as tropas contrárias.

O general Madeira de Mello, suspeitando que as religiosas houvessem escondido no Convento partidários da independência, determinou que

fosse o estabelecimento revistado por um esquadrão de soldados. Como não lhes fosse aberto o portão, os soldados começaram a arrombá-lo, a machadadas. Já se achavam eles próximo à porta da clausura, quando a madre abadessa, sem temor, resoluta e impávida, apareceu, trazendo ao peito a insígnia da ordem religiosa a que pertencia. Os soldados hesitaram um instante, diante daquela figura de mulher que lhes embargava o passo.

—Para a frente! — gritou o comandante.

—Para trás, bandidos! — exclamou a freira. — Só passareis, se o fizerdes por sobre o meu cadáver!

E abriu os braços, protegendo a porta contra a horda invasora. Um soldado do esquadrão traspassou-lhe o peito com um golpe de baioneta. E assim morreu, a 21 de fevereiro de 1822, Sóror Joana Angélica de Jesus, conhecida hoje como a heroína do Convento da Lapa.

Quem foi que disse:
"Independência ou morte!"?

Isso, de certo, nenhum brasileiro ignora, mas como a finalidade deste livro é fixar o momento histórico das grandes frases de figuras ilustres do nosso passado e de atos decisivos para a vida da nacionalidade, não seria lícito suprimir do texto desta obra essas palavras que marcaram o dia memorável em que foi proclamada a nossa independência política. D.Pedro, príncipe regente do Brasil, aqui deixado por seu pai, D. João VI, ao regressar a Portugal como já vimos no capítulo referente ao "Fico", era brasileiro pelo sentimento e comungava nos ideais nacionalistas que agitavam o Reino e faziam vibrar todos os brasileiros, desejosos de ver a sua terra constituir uma pátria livre, uma nação soberana. Após uma série de atos, que revelavam a sua insubmissão à vontade paterna e o desejo de emancipar o Brasil da tutela portuguesa, D. Pedro I, a instâncias do Ministério, reunido no Rio, e de sua esposa, a princesa D. Leopoldina, ante as notícias inquietantes vindas de Lisboa, resolveu proclamar a independência, gritando, a 7 de setembro de 1822, na colina do Ipiranga, em São Paulo, à escolta que o acompanhava:

—Independência ou morte!

Estava proclamada a independência. Mas não se pense que a independência ficou assinalada na nossa história por esse episódio apenas. Não. Foi selada com sangue, depois de uma luta prolongada, em que os brasileiros se bateram valorosamente contra as tropas portuguesas que ocupavam a Baía, sob o comando do general Madeira, e contra os focos recalcitrantes do Maranhão e do Pará, que não queriam reconhecer a autoridade de D. Pedro como Imperador, guardando fidelidade a Portugal. Graças à ação da esquadra imperial, sob o comando do almirante Thomas Cochrane, a que D. Pedro deu o título de marquês do Maranhão, esses focos de rebeldia foram submetidos e o Brasil inteiro, de Norte a Sul, pôde então orgulhar-se de ser uma Pátria livre, como ainda hoje o é. E todos os brasileiros sentem quanto a frase de Pedro I tem ainda hoje o mesmo valor, pois é preferível a morte a viver um povo sem a sua independência, sem a sua liberdade, sem a sua soberania total, que é o maior bem de que podem gozar os povos.

Quem foi que disse:
“O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever”?

Foi o ilustre almirante Barroso, barão do Amazonas, figura gloriosa dos fastos navais brasileiroS, que tanto se distinguiu na guerra do Paraguai pelo seu heroísmo e qualidades de verdadeiro chefe militar. Nascido em Lisboa, a 29 de setembro de 1804, veio muito jovem para o Brasil, onde fez a sua educação e adotou a nacionalidade brasileira. Cursou a antiga Academia de Marinha, onde se destacou pela inteligência e aplicação, e seguiu com brilho a carreira naval. Promovido sucessivamente a vários postos do oficialato, por valiosos serviços prestados ao país em memoráveis campanhas, ao irromper a guerra do Paraguai comandou a nossa esquadra nos combates de Corrientes (25 de maio de 1865), na batalha do Riachuelo, o nosso mais empolgante feito naval (11 de junho de 1865), e em Mercedes e Cuevas, cujos passos forçou, para novamente participar de decisivos combates em Passo da Pátria, Curuzú e Curupaití. Sob o seu comando, teve Barroso a corveta “Amazonas”, vapor de rodas, que era a nau capitânia; a corveta “Jequitinhonha”, vapor de hélice; e as canhoneiras “Mearim”, ”Parnaíba“, “Iguatemi”, “Belmonte”, “Ipiranga”, “Beberibe” e “Araguarí”, num total de 1.113 homens. Barroso, que já havia tomado parte nas lutas da Independência

como cadete de Cochrane, a bordo da corveta "Maria da Glória", em 1823, consagrou-se definitivamente como um dos grandes almirantes do seu tempo com o memorável feito de 11 de junho de 1865, a batalha do Riachuelo, que é a data máxima da nossa Marinha, comemorada todos os anos com grandes manifestações de civismo e júbilo patriótico. Nesse combate sagraram-se como heróis da Pátria o guarda-marinha João Guilherme Greenhalgh e o marinheiro Marcílio Dias, este lutando com uma intrepidez extraordinária, numa abordagem, em que, depois de haver perdido a mão direita, continuou a combater com a mão esquerda, a golpes de sabre, até cair morto. A vitória de Barroso nessa batalha naval foi definitiva. Dos quatorze navios inimigos que participavam do combate, apenas quatro conseguiram escapar, fugindo com toda a força das suas máquinas, a favor da corrente. No momento em que o combate era mais renhido e quando a vitória parecia incerta, foi que o almirante Barroso, sereno, no posto de comando da nau capitânia, mandou fazer com as bandeiras de sinalização, parodiando o gesto e a frase de Nelson, a bordo da fragata "Victory", no célebre combate de Trafalgar, o aviso que passou à história:

—O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever!

O entusiasmo mais vibrante apoderou-se dos soldados e a vitória coroou a ação da esquadra brasileira.

Barroso faleceu em Montevidéu, a 8 de agosto de 1882, contando, portanto, setenta e oito anos de idade. O Governo republicano fez repatriar os seus restos mortais, a bordo do cruzador "Barroso", depositando-os na base do seu monumento, na praia do Russel.

Quem foi que disse:
“Na bandeira brasileira não se toca!”?

Foi o guarda-marinha brasileiro João Guilherme Greenhalgh, um dos heróis máximos da nossa gloriosa Marinha de Guerra. Nascido no Rio de Janeiro, em 1845, terminava o curso da antiga Academia de Marinha e contava, apenas, dezenove anos quando, naquele posto, seguiu para o campo da luta, no Paraguai. Designado para fazer parte da guarnição da canhoneira Parnaíba", participou da batalha do Riachuelo, a 11 de junho de 1865, e nela morreu como um bravo.

Quando, numa das fases mais dramáticas da luta, o seu navio foi abordado pelo adversário, um dos soldados inimigos tentou capturar a bandeira brasileira, que flutuava no mastro da embarcação. João Guilherme Greenhalgh precipitou-se, como um leão, contra o oficial inimigo que procurava arriar a nossa bandeira, tomou-a das suas mãos e apertou-a, defensivamente, contra o peito.

—Larga esse trapo! — grita-lhe o inimigo.

—Na bandeira brasileira não se toca! — responde Greenalgh.

E, com um tiro, prostra sem vida o adversário. Mas uma horda de marinheiros inimigos a ele se atira, abatendo-o, também, a tiros de fuzil e golpes de machado.

Caiu o bravo guarda-marinha, mas tombou com honra, abraçado à bandeira da Pátria, a única mortalha verdadeiramente digna de tão nobre herói. Logo depois, o "Amazonas", a nau capitânia, destroçava os vapores paraguaios que haviam abordado a "Parnaíba", e a vitória coroava as armas brasileiras. No meio das demonstrações pelo triunfo, havia, porém, um sentimento profundo de respeito pelo jovem herói de vinte anos que, naquele momento, com um rasgo sublime, acabava de entrar para a História.

Quem foi que fez o saneamento da Baixada Fluminense?

Essa grande obra de saneamento e recuperação de extensas zonas de terras ferazes, que vão-se tornando grandes centros de produção agrícola, na imensa Baixada Fluminense, representa uma das maiores realizações administrativas já levadas a cabo no Brasil. O Governo Imperial chegou a projetar a execução de um plano de obras, mas desencorajou-se diante das dificuldades e despesas que teria de enfrentar. Todos os governos da República igualmente recuaram dessa empresa gigantesca, abandonando a Baixada fluminense à sua própria sorte e deixando que a população dessa grande faixa de terra sucumbisse sob a ação da malária. O Presidente Getúlio Vargas, porém, não se deixou intimidar pelo vulto da tarefa a realizar com o intuito louvável de promover e amparar o desenvolvimento da pequena propriedade, o Governo iniciou, em 1935, as obras de saneamento, chefiadas pelo competente engenheiro Hildebrando de Góes, um nome que ficará na história da nossa engenharia no mesmo plano do de Saturnino de Brito — e assim assegurará o aproveitamento e o cultivo das terras daquela zona, numa área de 17.000 quilômetros quadrados. Esses trabalhos prosseguem em execução, e deles já resultou o completo saneamento da Baixadda Guanabara,

com a retificação do curso dos seus rios e a abertura de canais que impedirão a inundação das terras o perigo das águas estagnadas, verdadeiros focos de impaludismo.

As obras compreenderão as regiões que vão desde Mangaratiba ao município de Campos, e com as mesmas já dispendeu o Governo mais de trinta e seis mil contos, o que pouco representa em face da valorização das terras saneadas e da produção que delas será extraída em muito breve tempo. Além do saneamento, o Governo resolveu, também, reprimir a ação nefasta dos “grileiros”, que se apossavam, indevidamente, das terras abandonadas, e decidiu, igualmente, regular a desapropriação das terras da Fazenda de Santa Cruz, de propriedade da União, para venda e aforamento, com o fim de exploração agrícola. Essa grande obra administrativa bastará, por si só, para recomendar ao titulo de benemerência a administração do Presidente Getúlio Vargas.

Quem foi que disse:
"Sigam-me os que forem brasileiros!"?

Foi o marechal duque de Caxias, a maior figura do Exército brasileiro e, por isso mesmo, constituído em símbolo do valor, da honra e da dignidade militar, como patrono do soldado brasileiro. Luiz Alves de Lima e Silva, o único brasileiro que, durante os sessenta e sete anos de duração do regime imperial, foi agraciado com tão alto título de nobreza, nasceu em território fluminense, no município que outrora se chamou São João do Meriti e hoje tem o nome de Caxias. Seu avô, o brigadeiro José Joaquim de Lima e Silva, obteve de D. João VI a graça de alistá-lo no Exército aos nove anos de idade, o que se deu por aviso régio. Assim, mal concluíra os seus preparatórios, aos 14 anos de idade, a 25 de agosto de 1817, prestava compromisso e jurava à Bandeira, no Quartel do 1o. Regimento de Infantaria. Em janeiro de 1818, iniciava o curso da Academia Militar da Corte e dali, breve, sairia no posto de tenente. Como tenente, fez o ilustre militar a campanha da Independência, na Baía, da qual resultou a expulsão das forças portuguesas comandadas pelo general Madeira. Por ocasião da revolução do Rio Grande do Sul (1835 a 1845), prestou assinalados serviços como pacificador. A seguir, sufocou as insurreições do Maranhão, São Paulo e Minas, colocando-se mais

tarde, em 1851, ao ser iniciada a campanha contra o ditador Rosas, à frente de 18.000 brasileiros, que derrotaram fragorosamente o exército chefiado pelo general Oribe.

Elevado à dignidade de barão, durante a Guerra dos Farrapos (revolução rio-grandense do Sul) e à de conde durante a campanha contra o ditador Juan Manuel Rosas, mereceu sucessivamente todos os títulos e condecorações, bem como todas as medalhas de campanha, com que se premiava naquela época o valor militar e patriótico. Fez a campanha do Paraguai como marquês de Caxias, vencendo, como comandante em chefe, as batalhas de Tuiuti, Humaitá e Uruguaiana, entrando triunfalmente em Assunção, a 5 de janeiro de 1869. Por decreto de 23 de março desse mesmo ano, "houve por bem Sua Majestade, o Imperador, distinguí-lo, fazendo-lhe mercê do título de duque de Caxias, em atenção aos relevantes e extraordinários serviços prestados na guerra do Paraguai". Além dessa intensa atividade militar, Caxias teve preponderante atuação legislativa e administrativa. Foi deputado pela Província do Maranhão, e senador pela do Rio Grande do Sul. Exerceu a presidência das Províncias do Maranhão e do Rio Grande do Sul, Ministro da Guerra, presidente do Conselho de Ministros, sendo que esses últimos cargos exerceu repetidas vezes. Aquela frase célebre nos anais da história

militar brasileira foi proferida pelo glorioso marechal em Itororó, num dos lances mais impressionantes e difíceis da guerra do Paraguai.

Eis como o autor da “História Militar do Brasil” descreve o dramático e heróico episódio:

“Na ponte de Itororó, perdida no fundo duma ravina, onde grulhava o arroio daquele nome, rodeado de mato espesso, dois batalhões inimigos alapardados no arvoredo varriam a passagem com seus fogos de flanco. Oito peças em duas baterias batiam a ponte, obliquamente. A brigada de Fernando Machado repele os elementos avançados paraguaios e lança à baioneta, sobre a ponte, o 1o. batalhão de infantaria. Os inimigos carregam-no e o recalcam. Argolo, então, manda contrabater a artilharia adversa pelo 2o. regimento dessa arma, do alto do cômoro. Abrem-se picadas pela direita e pela esquerda, na mataria densa. Os soldados de Fernando Machado efetuam um contra-ataque, passam a ponte, mas são rechassados. Voltam à carga, apoiados pela cavalaria, tornam a passar o estrado sob o fogo mortífero, ganham terreno, chegam às proximidades das peças paraguaias. Fernando Machado cai morto, enquanto a artilharia imperial troveja pelas duas picadas abertas.

Aí, o vaqueano Céspedes informa ao generalíssimo que existe um atalho à esquerda, pelo qual se pode contornar a posição. Caxias ordena a Osório que siga por ele com o 3o. Corpo e realize o ataque de flanco. Enquanto Osório se põe em marcha, continua a terrível disputa da ponte. Novo contra-ataque, conduzido pelo general Gurjão, com a infantaria, vem em auxílio do de Fernando Machado, que se malograva sob a fuzilaria e a metralha. Ferido gravemente, Gurjão retira-se para morrer. Então; o bravo Argolo se atira contra a ponte varrida de balas e cai ferido também. Todo o 2o. Corpo se esfacelava de encontro à resistência paraguaia e o movimento de Osório demorava. Situação crítica! Caxias não hesita e manda avançar o 1o. Corpo sob o comando de Jacinto Machado. A ponte é novamente transposta, mas os paraguaios se lançam em furioso contra-ataque sobre o flanco da infantaria imperial. Aí Caxias desembainha a espada invicta, esporeia o cavalo e conduz à luta a brigada de infantaria que tem de reserva, gritando com voz estentórea:

"Sigam-me os que forem brasileiros!"

Quem foi que disse:
"Mais uma carga, camaradas!"?

Foi o grande general brasileiro José Joaquim de Andrade Neves, barão do Triunfo, comandante de uma das colunas do Exército brasileiro na memorável batalha de Lombas Valentinas, na luta contra Solano Lopez. O barão do Triunfo, a quem Caxias, o glorioso patrono do soldado Brasileiro, proclamou "o bravo dos bravos" das nossas tropas, nasceu em Rio Pardo, Rio Grande do Sul, a 22 de janeiro de 1807, assentando praça em 22 de novembro de 1826, no 5o. Regimento de Cavalaria de Linha. Permaneceu, porém, apenas um ano nas fileiras, nessa ocasião, pois, seu pai, necessitando de sua ajuda para atender a encargos de que dependia a manutenção da família, lhe deu um substituto no serviço militar, o que, então, era permitido por lei. Irrompendo, no entanto, a revolução de 20 de setembro de 1835, José Joaquim de Andrade Neves tornou à carreira das armas, como voluntário da Guarda Nacional, para lutar contra os insurretos. Depois de sucessivos atos de bravura, no ano seguinte alcançava o posto de major e, em 1837, aparecia como comandante de corpo. Convidado a entrar para o quadro do Exército no posto de alferes, no ano de 1839, rejeitou o oferecimento, para continuar como simples oficial da Guarda Nacional, em que serviu

até 1840. Por decreto de 25 de janeiro desse ano, foi-lhe conferido o posto de major honorário do Exército. Ferido em ação, em maio daquele ano, foi citado em ofício como comandante de armas e, a 7 de setembro de 1841, nomeado tenente-coronel honorário do Exército. Pacificado o Rio Grande, volta em 1851 a prestar serviços militares, na campanha contra Rosas, à frente de um corpo de voluntários por ele próprio organizado. Em 1857, ei-lo de novo incorporado às forças militares e, a 15 de abril de 1858, recebe as honras de brigadeiro honorário do Exército. Em fins de 1864, inicia-se a campanha contra Flores. Andrade Neves organiza uma brigada com o 5o. e o 6o. corpos de provisórios, no qual entram todos os seus parentes e filhos varões. Segue-se a guerra contra Lopez, e os seus homens fazem trezentas léguas, desde Montevidéu ao coração do Paraguai. Uma série de feitos brilhantes coroa a sua ação de grande general. Humaitá, Arroio Hondo, Potreiro Ovelha, Vila do Pilar — cada um desses nomes representa um marco de glória. Após o ataque e tomada de Vila do Pilar, foi-lhe conferido pelo Governo Imperial, a 19 de outubro de 1867, o título de barão do Triunfo. No combate de 19 de fevereiro de 1868, além de sofrer séria contusão no joelho, perde o seu cavalo predileto, pranteando o ocorrido nestes termos singularmente expressivos:

—Foi uma perda. sensível. É difícil achar outro igual... Tinha todos os combates desta guerra e nele eu havia saído de casa...

Nesse mesmo ano, morreria, também, no campo da honra, o cavaleiro sem temor; o patriota admirável. A 21 de dezembro, fere-se a batalha de Lomas Valentinas. Aí estão Caxias, Osório, Argolo, os dois Mena Barreto (José Luiz e João Manuel) e outros comandantes e chefes de corpos. Atingido por uma bala de ferro num pé, sofrendo fratura dos ossos, o organismo já combatido pela longa campanha e pela idade, não resiste à infecção e à febre conseqüentes ao ferimento. No seu leito de dor, Andrade Neves, barão do Triunfo, profere as suas últimas palavras, que ficarão para as gerações vindouras como uma legenda de glória e de bravura do nosso soldado:

—Mais uma carga, camaradas!

**Quem foi que disse:
"Venda-se o último brilhante da coroa, contanto que nenhum brasileiro morra de fome!"?**

Foi D. Pedro II, quando o Nordeste brasileiro, especialmente o Ceará, estavam cruelmente dizimados por terrível seca, em 1888 — conhecida pela seca dos "três oito". O monarca, sabendo da situação de extrema penúria das populações sertanejas, que então morriam à fome, resolveu prestar toda a assistência possível aos flagelados da grande seca. Objetaram-lhe que eram escassos os recursos do erário público. Foi, então, que teve Pedro II a célebre frase:

—Venda-se o último brilhante da coroa, contanto que nenhum brasileiro morra de fome!

O problema das secas constituiu, durante longo tempo, uma das equações a resolver na administração brasileira. O Governo Imperial fez construir os primeiros açudes. Novos reservatórios de água foram construídos no Governo do Presidente Epitácio Pessoa. Mas tudo isso não constituía senão uma solução parcial ao problema. Depois de 1930, fez-se mais pela solução do problema das secas do que em cem anos da vida do país. Somente depois de haver o Presidente Getúlio Vargas assumido o poder foi esse problema enfrentado com método e continuidade. No seu Governo já foram

construídos vinte e oito açudes públicos, com capacidade para armazenar um bilhão e duzentos e cinqüenta milhões de metros cúbicos de água; oitenta e oito açudes de cooperação, podendo reter cento e seis milhões e setecentos milímetros cúbicos de água; quinhentos e trinta e nove poços tubulares; uma rede de canais de irrigação beneficiando cerca de cinco mil hectares de terrenos próprios para diferentes lavouras,; além de três mil e setecentos quilômetros de excelentes estradas de rodagem, destinadas a promover a propriedade econômica daquelas zonas. O Serviço de Piscicultura está auxiliando esse trabalho, promovendo o povoamento dos açudes com peixes amazônicos de grande rendimento para a alimentação das populações do interior. Estão previstos novos serviços e novos empreendimentos, construções de novos açudes, de novos poços, de novas rodovias, a ampliação do Serviço de Piscicultura, isso sem contar com as obras de grande vulto no curso do São Francisco, entre as quais se acham incluídas barragens em Paulo Afonso, em Belém, em Sobradinho e em Boqueirão, bem assim obras para irrigação entre Itaparica e Belém, entre Belém e Boa Vista, entre Boa Vista e Sobradinbo, entre Sobradinho e Barra e entre Barra e Boqueirão.

Quem foi que disse:
"Morro... e comigo morre o teatro nacional!"?

Foi o grande ator brasileiro João Caetano, célebre trágico que representou, no antigo teatro São Pedro, no local da casa de espetáculos que hoje tem o seu nome, o melhor repertório internacional do seu tempo e peças de autores brasileiros, como, por exemplo, Gonçalves de Magalhães (as tragédias "Antônio José" e "Olgiato").

Nascido no Rio de Janeiro, a 27 de janeiro de 1808, João Caetano, depois de haver tentado a carreira das armas, dando baixa como cadete, resolveu dedicar-se ao teatro, estreando como ator, a 24 de abril de 1827, na cidade fluminense de São João de Itaboraí, no drama "O carpinteiro da Livônia".

É interessante notar que esse notável artista, que mereceu elogios de ilustres visitantes estrangeiros, representou no Rio as peças "Romeu e Julieta", de Shakespeare, que desde então nunca mais foi dada no Brasil por companhias nacionais de artistas profissionais; "Zaira", de Voltaire; "Frei Luiz de Sousa" e "Camões", de Almeida Garret; e outras obras de grande entono. Autor do primeiro livro publicado no Brasil sobre a arte de representar, "Lições

dramáticas", João Caetano sucumbiu vítima de um ataque cardíaco, numa casa do Caminho Velho de Botafogo, a 24 de agosto de 1863. Suas últimas palavras representaram, sem dúvida, um exagero, que se pode desculpar a um artista cioso dos seus próprios méritos. Perdeu o teatro brasileiro uma grande figura, uma das maiores que tem tido, mas, apesar disso, não desapareceu. Tivemos outros grandes artistas, como Vasques, como Fróes, como outros ainda vivos embora nenhum deles tenha logrado atingir tão absoluta perfeição. O teatro, contudo, vive e dá, neste momento, as mais belas demonstrações de vitalidade, formando novos artistas, novos autores e novos cenógrafos, sob a égide protetora do Serviço Nacional de Teatro, criado pelo Estado Novo para superintender esse ramo da difusão artística e da cultura popular. O Serviço Nacional de Teatro desenvolverá um grande plano tendente a estimular as vocações artísticas, mantendo cursos de arte e companhias permanentes, subvencionadas e controladas pela sua direção, as quais representarão, preferentemente, peças de autores brasileiros. Deve o teatro brasileiro ao Presidente Getúlio Vargas o reconhecimento, como profissão, do trabalho dos atores e atrizes, a lei de direitos autorais e, agora, a criação do Serviço Nacional de Teatro.

Quem foi que disse:
"Prefiro perder a coroa, a consentir na continuação do tráfico de escravos"?

Foi D. Pedro II quem proferiu essa frase histórica, em circunstância que vamos explicar. Implantada no Brasil a escravidão, os negros africanos, caçados nas selvas pelos traficantes de escravos ou negociados com os pagés das suas próprias tribos, ou de tribos que submetiam nações rivais, foram o elemento em que repousou, durante séculos, o trabalho agrícola do Brasil. Pode dizer-se, sem erro, que a prosperidade do Brasil colônia e a sua grandeza econômica foram um resultado do esforço do negro escravo nos canaviais, nos engenhos e nos garimpos. Quando, ao sopro da Revolução Francesa, que estabelecera os "direitos do homem", as idéias liberais começaram a propagar-se no mundo, começaram a surgir os primeiros movimentos em favor da libertação dos escravos. A primeira medida que surgiu, no Brasil, com referência ao problema, foi a lei elaborada por Eusébio de Queiroz, destinada a proibir a importação de escravos. D. Pedro II inclinou-se favoravelmente ao projeto, mas os escravocratas mais intransigentes revoltaram-se contra a humanitária medida. O Imperador foi advertido de que estava arriscando a sorte da Monarquia e estabilidade do trono. Mas o

monarca não estava disposto a voltar atrás e. declarou:

—Prefiro perder a coroa, a consentir na continuação do tráfico de escravos!

E a lei passou. Novas leis vieram. A do "ventre livre", elaborada pelo visconde do Rio Branco, e assinada, a 28 de setembro de 1871, pela princesa Isabel, regente do trono, lei essa «que considerava livres os filhos de ventre escravo», e por fim a chamada "Lei Áurea", de 13 de maio de 1888, que libertou definitivamente todos os escravos, extinguindo o cativeiro no Brasil. Mas, na verdade, esse cativeiro continuou sob várias formas, nos grandes centros de exploração do trabalho rural. No Amazonas e no Acre, os seringueiros, homens brancos e livres, entregavam-se à pior das escravaturas, por meio de um sistema engenhoso elaborado pelos donos de seringais, através de débitos formidáveis, que jamais seria possível cobrir, como nos conta Euc1ides da Cunha num dos seus livros. Em várias outras regiões, através dos "fornecimentos agrícolas" e da moeda particular — crime contra o Estado — o trabalhador dos campos era também explorado e vivia em verdadeiro cativeiro. Pode dizer-se, sem exagero, que a verdadeira abolição só veio a ser feita no Brasil com a elaboração da legislação trabalhista, decretada pelo Governo, depois de 1930, através do Ministério do

Trabalho, reconhecendo direitos aos operários e instituindo medidas de proteção aos mesmos. Estes têm hoje seus órgãos de representação — os sindicatos, legalmente organizados, gozam de assistência médica, têm direito a seguro social, a salário mínimo, horário regular de trabalho, possuem seus serviços jurídicos e suas cooperativas de consumo, seus próprios fornecimentos, em que obtêm mercadorias e gêneros alimentícios por preços inferiores aos do comércio ordinário, e não triplicados, como sucedia com o dos patrões. Hoje, sim, pode dizer-se que já não há escravos no Brasil e que todos os brasileiros, pretos ou brancos, têm a seu favor a legislação que garante ao trabalhador a subsistência e a vida digna pelo labor honesto.

Quem foi que disse:
"Aqui não embarcam mais escravos!"?

Foi um humilde homem do povo, que se inscreveu entre os heróis da campanha abolicionista no Brasil, na qualidade de legítimo precursor, não como simples propagandista, mas como elemento de ação. Esse homem era o jangadeiro cearense Francisco José do Nascimento, mais conhecido pela alcunha de "Dragão do Mar". Como no porto de Fortaleza, ainda hoje, os navios ficam ao largo, numa distância de duzentos a trezentos metros, por falta de profundidade e de cais apropriado para a atracação, o serviço de embarque de cargas e de passageiros é feito com o auxílio de botes e outras pequenas embarcações. Nascimento era o "leader", o chefe dos catraeiros, sem os quais era impossível fazer o serviço de carga e descarga dos navios. Num gesto de revolta contra a nódoa do cativeiro, Nascimento resolveu, a 30 de agosto de 1881, dar o seu famoso grito:

—Aqui não embarcam mais escravos!

Sua palavra era ordem, e todos os seus companheiros o obedeceram. Pode dizer-se que esse foi o primeiro passo decisivo para a abolição dos escravos no Ceará, Província que se antecipou ao decreto de 13 de maio de 1888,

dando um admirável exemplo de humanidade. A 1o. de janeiro de 1883 era assinalado um movimento abolicionista particularmente expressivo em Acarapé, hoje Redenção, e a 25 de março não havia, em todo o território cearense, um único escravo. Todos estavam alforriados.

O gesto de Francisco José do Nascimento está registado pela maioria dos historiadores cearenses e dos cronistas do movimento abolicionista. Ildefonso Albano, no seu livro "Jeca Tatú e Mané Chique-Chique", de tão vibrante nacionalismo, acha que esse grito foi mais sublime que o do Ipiranga. Certo, por ter partido de uma criatura obscura, de um humilde homem do povo. Não se pense que o "Dragão do Mar" não teve de enfrentar dificuldades e a arrogância dos poderosos, para manter a sua atitude. Os escravagistas, alarmados, recorreram ao presidente da Província, pedindo garantias. O presidente mandou forças armadas, para compelir os jangadeiros a efetuarem o embarque. Entretanto, não foi embarcado um só escravo. Bem o dissera o bravo jangadeiro, cuja alcunha foi dada, em sinal de reconhecimento e consagração pública de sua ação destemerosa, à antiga rua da Alfândega, em Fortaleza, capital do Ceará, hoje chamada Rua Dragão do Mar.

Quem foi que fez a febre amarela cessar no Rio?

Foi o grande higienista brasileiro Osvaldo Cruz. Esse sábio, a quem deve a nossa Pátria grandes serviços e que, por isso mesmo, se fez credor da gratidão de todos os brasileiros, nasceu na pequena cidade de São Luiz do Paraitinga, no Estado de São Paulo, a 5 de agosto de 1872, e faleceu em Petrópolis, a 11 de fevereiro de 1917. 0 Rio de Janeiro era até o início deste século, uma cidade em precárias condições sanitárias. Assumindo o Governo, o Presidente Rodrigues Alves tomou a peito realizar o saneamento da capital brasileira, entregando essa tarefa a um jovem médico patrício, que se notabilizara na Europa pelos seus estudos científicos. Esse jovem médico era Osvaldo Cruz, que se formara com vinte anos de idade e cursara, durante três anos, o Instituto Pasteur, em Paris, sob a orientação de mestres como Metchnikoff, Roux, Nebert e outros. Especializando-se em toxicologia e bacteriologia, já em 1901, durante a invasão da peste bubônica, prestara excelentes serviços, como diretor do Instituto Soroterápico, que mais tarde passou a chamar-se Instituto Osvaldo Cruz. Rodrigues Alves tinha uma larga visão de estadista. Desolava-o o medo que os estrangeiros tinham de visitar o Rio, medo que era, aliás, justificado. Dizia-se que vir à nossa capital era o mesmo que se suicidar.

Para evidenciar o pavor dos estrangeiros diante do perigo da febre amarela, basta dizer, que, durante certa época, nos governos de Prudente de Moraes, Campos Salles e Rodrigues Alves, todos os diplomatas aqui acreditados passaram a residir em Petrópolis, por medo à epidemia, permanecendo no Rio somente o encarregado dos negócios de Portugal.

Um caso bem ilustrativo foi o da visita do navio de guerra italiano "Lombardia", que entrou no nosso porto em outubro, de 1895, e de cuja guarnição, de trezentas e quarenta pessoas, só se salvaram cento e seis, sendo que, apenas seis homens, dentre todos, escaparam ao contágio. Rodrigues Alves, na sua plataforma presidencial, acentuara a sua convicção de que "no saneamento da capital se encontraria o elemento primordial para o reerguimento da vida econômica do país". E chamou Osvaldo Cruz, cheio de confiança na sua capacidade e dinamismo. Foi violenta a campanha que então sofreu o ilustre higienista, portador de noções novas que vinham chocar-se contra interesses pessoais inferiores, contra a ignorância das massas e a intransigência e intolerância dos liberais e positivistas, que sustentavam a curiosa doutrina de que não se pode hospitalizar um doente de moléstia infecto-contagiosa, em isolamento, sem o prévio consentimento do enfermo... Resolve Osvaldo Cruz, que se achava

ao par das mais recentes descobertas científicas, aplicar no Rio o resultado dos ensinamentos do célebre médico cubano Dr. Juan Carlos Finlay, que tiveram confirmação oficial nas experiências dos médicos militares norte-americanos, chefiados pelo major William C. Gorgas, e ofereceram a conclusão positiva de que a febre amarela era transmitida pelo mosquito "stegomia fasciata". Nessa ocasião, Osvaldo Cruz proclamou: “A febre amarela cessará no Rio desde que o Congresso ministre os meios, que dele dependem. Disponha o governo do dinheiro e das leis que forem necessários, e a febre amarela, no Rio, no espaço de três anos, será um mito”. Assume Osvaldo Cruz a ofensiva contra a peste, quando, no último trimestre de 1903, ano do início de sua atividade como diretor da Saúde Pública, irrompe um novo surto de peste bubônica. Além da guerra aos mosquitos, para o que já havia sido organizada a primeira brigada de mata-mosquitos, inicia-se, também, a guerra aos ratos. Criando um neologismo, o higienista insiste na necessidade da completa e urgente “desratização” da cidade.

Mas Osvaldo Cruz triunfou no combate às duas epidemias, e na luta contra os adversários das suas idéias, confundiu aqueles que haviam negado o seu mérito e apoucado o seu saber. Assim, graças a Osvaldo Cruz, pode o Rio, saneado, conquistar justa fama de cidade

salubre, tornando-se um centro de turismo e recreio procurado cada vez com maior interesse pelos estrangeiros de todos os continentes.

Quem foi que disse:
"O meu lugar é aqui!"?

Foi o Presidente Rodrigues Alves, que exerceu a presidência da República no quatriênio de 1902 a 1906, e foi reeleito para o período 1918-1922, falecendo, porém, sem haver tomado posse.

Essa frase prende-se a um episódio da luta em prol do saneamento do Rio de Janeiro e tornou-se histórica, como demonstração da firmeza de caráter e resolução do ilustre homem de Estado. Em 1904, irrompera no Rio, uma epidemia de varíola. Osvaldo Cruz sustenta que "só tem varíola quem quer", pois a vacina imuniza e evita a propagação do terrível mal. Passa, no Congresso, uma lei estabelecendo a obrigatoriedade da vacinação. A medida escandaliza a mentalidade atrasada da época. A oposição explora o sentimento popular, a ignorância das massas incitando-a contra o Governo, que pretende derrubar. A 16 de novembro de 1904, rebenta a revolta contra a vacina obrigatória, com fraco apoio militar. O Governo domina a situação e decreta o estado de sítio. Mas o congresso Nacional volta atrás, revogando a lei da vacina obrigatória. Foi no momento mais agudo dessa revolta de mesquinhos e deploráveis intuitos que Rodrigues Alves, advertido por seus ministros do perigo que

corria no Palácio do Catete, e aconselhado a recolher-se a bordo de um navio de guerra, disse muito dignamente, com serena coragem:

—O meu lugar é aqui!

Nessa frase tão simples há mais do que uma lição de coragem e de bravura moral. Há, também, uma lição de ordem política, mostrando quão inconseqüentes são certos movimentos de oposição à marcha da administração pública surgidos no seio das massas, e quanto é do dever do homem de Estado opor-se a essas resistências obscuras, no sentido de impor as medidas de que resulte o bem coletivo, sem hesitações e tibiezas. Sem a índole de um Rodrigues Alves sem uma decisão de espírito igual, quanto tempo não teria esperado o Rio de Janeiro o saneamento definitivo?

Quem foi que fez correr o primeiro trem no Brasil?

Foi Irineu Evangelista de Sousa, grande figura de homem de Estado do tempo do Império, espírito eminentemente prático e realizador, mais conhecido sob o nome de visconde de Mauá, título com que foi agraciado por D. Pedro II, pelos inestimáveis serviços prestados ao Brasil. Já existiam estradas de ferro no Peru (inaugurada em maio de 1851) e no Chile (em maio de 1856), quando o maior país da América do Sul — o Brasil, com imenso território a precisar de vias de comunicação, começou a construir a primeira linha férrea. A 31 de outubro de 1835, havia o Governo cogitado da construção de uma ferrovia, e a então Província, de São Paulo, em 1838, também lançara suas vistas para o problema, através de uma resolução legislativa. Mas esses projetos foram logo abandonados, até que Irineu Evangelista de Sousa obteve do Governo Imperial concessão para construir uma estrada de ferro, desde o mar à raiz da Serra (caminho de Petrópolis), bem como para estabelecer um serviço de navegação entre a cidade e o ponto inicial da linha, do outro lado da baía, no local que ficou sendo conhecido como porto de Mauá.

A inauguração do primeiro trecho da estrada, de Mauá a Fragoso, foi realizada a 30 de abril de 1854. Só em dezembro de 1856 chegavam as

linhas a atingir a raiz da Serra, no total de 18 quilômetros. A obra de Irineu Evangelista de Sousa foi continuada no domínio ferroviário com a construção da São Paulo Railway, iniciativa a que se associaram também o marquês de Monte Alegre e o marquês de São Vicente, e que teve o apoio de banqueiros ingleses. Daí por diante, tomou grande impulso o sistema ferroviário brasileiro, sendo calculado hoje em 33.070 quilômetros o total das nossas linhas, o que é, certamente, muito pouco para as grandes distâncias a vencer e para a nossa prodigiosa extensão territorial. Por isso mesmo, constitue um dos pontos capitais do programa de realizações do Estado Novo o desenvolvimento cada vez maior das nossas vias de comunicações ferroviárias, segundo planos elaborados pelos técnicos do Ministério da Viação. Essas linhas projetadas visam, sobre tudo, servir às grandes zonas produtoras do Brasil, que ainda permanecem isoladas dos centros consumidores, e estabelecer maior penetração rumo ao Oeste — o rumo das Bandeiras, convertido hoje, através das palavras do Presidente Getúlio Vargas, em lema de brasilidade.

Como demonstração desse programa de desenvolvimento ferroviário basta citar-se, para patentear a sinceridade dos propósitos do Governo, a grande obra da eletrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil, que está

sendo executada por etapas, com firmeza e continuidade, depois de haver, durante longo tempo, desafiado as antigas administrações da República. A Noroeste do Brasil, que liga o Estado de São Paulo ao de Mato Grosso, e que se estende através de uma zona de grandes possibilidades econômicas, deverá ser prolongada em breve, articulando-se com a viação boliviana e criando novas fontes de progresso e de desenvolvimento para a zona a que serve.

Quem foi que disse:
"Viva a República!"?

Foi o marechal Deodoro da Fonseca, quando, na memorável data histórica de 15 de novembro de 1889, proclamou a República, à frente das tropas que comandava. Foram várias as razões que inspiraram o movimento que deu origem à supressão da Monarquia no Brasil. Em primeiro lugar, destaca-se a vocação republicana do país manifestada em toda uma série de movimentos revolucionários anteriores à proclamação da Independência, como a Inconfidência Mineira, de caráter republicano; a revolução pernambucana de 1817, também republicana; e, posteriores à independência, como a revolução pernambucana de 1823, chefiada por Manuel de Carvalho Paes de Andrade, também republicana, e a que irrompeu no Rio Grande do Sul, chefiada por Bento Gonçalves e Garibaldi, e que se tornou conhecida na história pelo nome de guerra dos Farrapos. Outra circunstância que contribuiu para isso foi o fato de não ter o Imperador Pedro II um filho varão, que herdasse a coroa, a qual, por sua morte, caberia à princesa Isabel, casada com um príncipe estrangeiro, o conde d'Eu, pessoa medíocre e muito pouco simpatizada no país. Ainda se poderia acrescentar a crise econômica causada com a abolição da escravatura, redundando em completa

desorganização do trabalho rural, o que influía contra a Monarquia, muito embora os paladinos da abolição fossem geralmente republicanos fervorosos. Rocha Pombo arrola entre as causas que apressaram a queda do Império as seguintes: o espírito liberal do Imperador, a indiferença dos grandes chefes políticos pelas instituições, a questão religiosa, a questão militar, a abolição da escravidão e a propaganda republicana, feita abertamente, sem nenhuma restrição. A conspiração para a implantação da República iniciara-se nos círculos militares desde os primeiros dias de novembro de 1889, sendo deliberados vários assuntos, entre os quais o exílio do velho Imperador, proposto pelo então alferes Joaquim Inácio. Deodoro, que era pessoalmente afeiçoado ao Imperador, mas de sentimento republicano, tivera uma conferência com o major Solon Ribeiro, um dos conspiradores e, depois de algumas hesitações, resolveu dar o seu apoio ao movimento, por haver percebido que os acontecimentos se precipitavam vertiginosamente e que, de um modo ou de outro, irromperia a revolução. Quando a Monarquia se apercebeu do perigo da situação, era demasiado tarde.

Na manhã de 15 de novembro Benjamim Constant mandou aviso a Deodoro de que a conjura estava descoberta e de que era preciso precipitar o golpe, antes que fosse tarde. O

marechal colocou-se à frente das tropas e depôs o Ministério, tendo Floriano Peixoto se recusado terminantemente a comandar um contra-ataque, visto estar solidário com o movimento. Dominada a situação, Deodoro enviou ao Imperador, pelo major Solon, uma mensagem exigindo do seu "patriotismo o sacrifício de deixar o território nacional no prazo de vinte e quatro horas". D. Pedro cumpriu essa decisão, deixando o poder e indo viver em Paris, onde faleceu, a 5 de dezembro de 1891, contando então 66 anos de idade.

Foi montado a cavalo, o boné militar na mão direita, que Deodoro, num gesto de decisão, pronunciou a frase histórica para declarar proclamada a República no Brasil. E nessa posição é que aparece fixado na famosa tela de Bernardelli, onde Modestino Kanto se inspirou para modelar a estátua equestre, recém inaugurada na praça Paris, no Rio de Janeiro, e que, é, sem dúvida, um dos mais belos monumentos nacionais.

Quem foi que disse:
"À bala!"?

Floriano Peixoto, o glorioso marechal do Exército brasileiro, que passou à história como o "Consolidador da República", teve de enfrentar, no seu Governo, uma revolta de que participavam chefes influentes da Armada, como Saldanha da Gama e Custódio José de Mello, dois almirantes famosos da nossa crônica política e militar, e outros oficiais. A esquadra, sob o comando desses dois chefes, os mais prestigiosos de então, ameaçava a cidade com os seus canhões e a queda do Governo parecia iminente. Nessa circunstância, o representante de uma nação amiga, que tinha alguns dos seus navios de guerra fundeados no nosso porto, procurou o "Marechal de Ferro" — como também foi chamado Floriano — e perguntou como o indômito Presidente receberia uma intervenção armada estrangeira, no sentido de restabelecer a ordem na capital brasileira. Floriano só podia ter uma resposta compatível com a sua dignidade de chefe de Estado. Energicamente, de ímpeto, retrucou:

—Como receberia uma intervenção? De um único modo: à bala!

Nessas palavras incisivas de Floriano há uma verdadeira lição de civismo e de brio patriótico.

Desgraçados dos países que invocam auxílio estrangeiro para resolver as suas dificuldades internas, porque acabarão por tombar sob o jugo dos seus pretensos amigos do presente. As dissenções internas precisam, por outro lado, ser evitadas por todos os verdadeiros patriotas, porque é das desordens e inquietações que a voracidade estrangeira procura tirar partido. Sejamos brasileiros dignos, vivendo com ordem. Mas se um desvairo ou paixão política perturbar o ambiente de serenidade, indispensável à grandeza e à prosperidade da Pátria, que não nos falte nunca a dignidade necessária para repelir a interferência estrangeira nas nossas crises internas. Sejam as palavras de Floriano a nossa resposta de sempre.

Agora que falamos do grande soldado republicano e do que ele fez pelo Brasil, contemos alguma coisa da sua vida, ainda que resumidamente. Floriano Peixoto nasceu, a 30 de abril de 1839, na vila de Pioca, no Estado de Alagoas. Estudou no Colégio São Pedro de Alcântara, do Rio, e em seguida alistou-se, como voluntário, na antiga Escola Militar do Império. Em 1865, já no posto de capitão, serviu com as forças brasileiras que forçaram a rendição de Uruguaiana, ocupada pelas forças invasoras de Solano Lopez. Distinguiu-se no curso de toda a Guerra do Paraguai, notadamente em Estero Belaco, Tuiutí, Aval, Lomas Valentinas e

Angostura. Promovido a major por atos de bravura, ao termo da campanha volveu aos estudos e, em 1872, bacharelou-se em ciências físicas e matemáticas. A República promoveu-o, do posto de general, ao de marechal. Foi um dos mais vigorosos esteios do novo regime. Ministro da Guerra, vice-chefe do Governo Provisório e, depois, vice-presidente da República, exerceu o Governo em caráter efetivo desde a renúncia de Deodoro da Fonseca (23 de novembro de 1891) até o dia 15 de novembro de 1894. Deixando o poder já em precário estado de saúde, o ilustre militar e homem de Estado faleceu a 29 de junho de 1895, na antiga estação de Divisa, que hoje tem o nome de Floriano Peixoto. O centenário do nascimento de Floriano foi comemorado com várias solenidades cívicas e com edições de várias obras, entre as quais uma de seu irmão, Arthur Peixoto, contendo vários documentos inéditos e que foi editada oficialmente pelo Governo, através do Instituto do Livro, subordinado ao Ministério da Educação e Saúde.

Quem foi que fez o primeiro vôo no "mais pesado do que o ar"?

Foi, sem nenhuma contestação possível, sem nenhuma dúvida lícita, o grande aeronauta brasileiro Santos Dumont, cujo gênio conquistou a admiração de toda a Europa quando, em Paris, realizou, com riscos e dificuldades que só a sua tenacidade e desprendimento seriam capazes de vencer, as suas sensacionais experiências de inventor. Por mais que queiram, não conseguirão os norte-americanos arrebatar ao Brasil a glória de ter sido ele o pioneiro da aviação, para atribuí-la aos irmãos Orville e Wilbur Wright. Esses engenheiros americanos alegam haver antecedido Santos Dumont, quando foram, apenas, seguidores da sua obra. A prioridade americana não está provada com fatos, mas apenas alegada pelos próprios interessados. O documento das experiências de Santos Dumont está não só na fotografia, nas reportagens da imprensa da época, como no imponente monumento existente em Saint-Cloud, erigido em sua homenagem pela França, e do qual se ergue uma cópia exata sobre o seu túmulo, no cemitério de São João Batista, no Rio de Janeiro. Esse monumento consagra Santos Dumont como o "pai da aviação", titulo a que o grande brasileiro tem real direito. Nascido na antiga Palmira, hoje Santos Dumont, no Estado de Minas, o famoso aeronauta interessou-

se, desde a juventude, pela navegação aérea, conseguindo resolver o problema da dirigibilidade dos balões, que, então, navegavam sem rumo certo, ao sabor das correntes aéreas. Em Paris, onde se fixara para realizar os seus ensaios, fez, a 4 de julho de 1898, sensacional experiência com o balão "Brasil". Construiu, em seguida, o dirigível "A Música" e, depois, o "Santos Dumont no. 6", com que ganhou o prêmio Deutsch. Sua atenção voltou-se, então, para o novo problema, que tanto seduzia a sua imaginação: o vôo "no mais pesado do que o ar", o que até então fora tentado em vão. Os balões, carregados de gases, mais leves do que o ar, flutuavam com facilidade, e segundo a teoria corrente na época era loucura pretender que aparelhos metálicos, de peso muitas vezes superior ao do ar, se mantivessem nas alturas. Santos Dumont, porém, sustentava — e provou que estava certo — que podia compensar o peso do aparelho com a velocidade do mesmo, produzindo um equilíbrio capaz de estabilizá-lo no ar. E o conseguiu, afinal, fazendo o célebre vôo da "Demoiselle", em 1906.

O próprio Santos Dumont refutou, no seu livro "O que eu vi, o que nós veremos", as pretensões dos irmãos Wright, com estas palavras cheias de serenidade: "Eu não quero tirar o mérito dos irmãos Wright, por quem tenho a maior admiração, mas é inegável que, só depois de nós, se apresentaram eles com um aparelho

superior aos nossos, dizendo que era cópia de um que haviam construído antes do nosso". Logo depois dos irmãos Wright, aparece Lavasseur, com o seu aeroplano "Antoinette", superior a tudo quanto então existia. Ele trabalhava havia já vinte anos no sentido de resolver o problema do vôo. Poderia, pois, dizer também que o seu aparelho fora copiado de outro por ele mesmo construído muitos anos antes. Mas não o fez. Gordon Bennett, jornalista que, se fez o rei do sensacionalismo na imprensa americana, que mandou Stanley procurar o doutor David Livingstone, nas selvas africanas, e realizou outras audácias do gênero, sequioso de novidades sensacionais, mantinha os seus correspondentes em Paris, constantemente ao pé de Santos Dumont, para mandarem aos seus jornais as últimas notícias. Como a uma imprensa tão bem informada, tão vigilante, tão atenta aos fatos importantes, poderia ter passado despercebido o vôo dos irmãos Wright, a ponto de não se encontrar a menor referência a ele nos jornais da época, tratando-se de um acontecimento de tal relevo, destinado a sacudir o mundo inteiro? Esse argumento é do próprio Santos Dumont. Irrespondível, como se vê.

Santos Dumont, que recebeu no Brasil as maiores homenagens públicas, foi membro da Academia Brasileira de Letras e faleceu em Santos, Estado de São Paulo, em 1932. Seu corpo

veio para o Rio, onde todo o povo carioca, em verdadeira apoteose cívica, prestou-lhe as mais expressivas homenagens. Santos Dumont deu ao mundo um novo veículo que é uma das maiores expressões do progresso do nosso século. No Brasil, sobretudo, a aviação está fadada a desempenhar um grande papel, encurtando as enormes distâncias que vão de um extremo a outro do nosso vasto território, tornando mais íntima a comunhão espiritual dos brasileiros. O serviço do Correio Aéreo Militar é hoje uma fonte de aproximação e um elemento de difusão do progresso e de cultura através do Brasil. A aeronáutica civil desenvolve-se a passos gigantes, e todos os dias surgem novas linhas, novos pilotos, novos aficionados da aviação. Já construímos aviões no Brasil e a excelência desses aparelhos acha-se sobejamente demonstrada, sendo neles que, atualmente, os candidatos a aviador, no Exército e na Marinha, realizam as suas provas de aprendizagem. Formam-se técnicos especializados no ramo e um novo horizonte abre-se, assim, ao futuro aviatório do Brasil, sob cujo céu o nome de Santos Dumont, o "pai da aviação", será sempre invocado com carinho e legítimo orgulho patriótico.

Quem foi que disse:
"Rumo ao mar e cada vez com mais poder"?

Foi o grande patriota brasileiro e eminente estadista republicano barão do Rio Branco, que exerceu, com grande lustre e proveito para a Nação, durante dilatados anos, o posto de Ministro das Relações Exteriores, no qual se conservou até à data de sua morte. Rio Branco nasceu no Rio de Janeiro, a 20 de abril de 1845, na antiga travessa do Senado, hoje rua 21 de abril, e faleceu a 10 de fevereiro de 1912, no Palácio Itamarati, sede do Ministério das Relações Exteriores. Bacharelou-se em direito na Faculdade do Recife, no ano de 1866 e, por essa época, já se fazia notar pelas suas atividades de escritor e jornalista. Vindo para o Rio, professou o magistério no Colégio Pedro II, como lente de História e Corografia, deixando essa função para ocupar um lugar de promotor público na comarca de Niterói. Aí, foi curta a sua atividade e, em 1868, iniciava a sua carreira diplomática, como secretário de uma importante missão chefiada por seu pai, o visconde do Rio Branco, em Buenos Aires. De volta dessa missão, foi eleito sócio do Instituto Histórico e Geográfico e investido no mandato de deputado pela então Província de Mato Grosso. Exerceu as funções legislativas com brilho, mas sem paixões, em dois períodos seguidos, de 1869 a 1872 e de 1872 a 1875,

quando de novo o tomou o ardor jornalístico, fundando o jornal vespertino “A Nação”, juntamente com o padre João Manuel e o dr. Gusmão Lobo, dois eruditos brasileiros, ao lado dos quais formou em decidida campanha pela abolição gradual da escravatura no Brasil. Por influência de Caxias e Cotegipe, foi Rio Branco nomeado cônsul do Brasil em Liverpool, no ano de 1876, e dois anos depois representava o Instituto Histórico no Congresso dos Americanistas, reunido em Luxemburgo; em 1878, ia a São Petersburgo representar o Brasil como comissário do Governo na Exposição Internacional ali realizada. Proclamada a República, seu primeiro posto de destaque foi o de superintendente geral da imigração na Europa, posição que ocupou até 1892 quando voltou ao posto consular de Liverpool, do qual foi afastado, definitivamente, em 1894, com a sua nomeação para Ministro plenipotenciário e enviado extraordinário do Brasil junto ao governo dos Estados Unidos, com o fim de acompanhar a questão das Missões, então submetida à arbitragem do governo de Washington. Graças à sua ação vigilante e esclarecida, aos seus serviços de bom advogado e bom diplomata, um território de valor incalculável, abrangendo uma área de 30.622 quilômetros quadrados, foi definitivamente incorporado ao nosso país. Logo depois dessa grande vitória diplomática, o

Governo nomeou-o para idêntica missão na Suíça, onde haviam sido submetidos à arbitragem os interesses brasileiros e franceses, em jogo na célebre questão do Amapá. Para defender os direitos do Brasil, escreveu Rio Branco extensa memória, em quatro volumes, acompanhados de um mapa, "Questions de frontières entre le Brésil et la France", além de vários outros trabalhos notáveis, obtendo, a 1o. de dezembro de 1901, o reconhecimento dos direitos do Brasil sobre uma região litigiosa de 260.000 quilômetros quadrados. Por lei votada pelo Congresso Nacional, foi Rio Branco alvo de uma extraordinária homenagem, que constitui uma das mais excepcionais provas de apreço votadas a um homem público no Brasil: por lei de 31 de dezembro de 1900, foi declarado BENEMÉRITO DA PÁTRIA, sendo-lhe oferecida uma recompensa nacional de trezentos contos de réis e uma dotação anual de vinte e quatro contos, com transmissão a seus filhos e filhas enquanto os mesmos vivessem.

"Rumo ao mar" foi, também, o lema do almirante Alexandrino de Alencar, Ministro da Marinha em vários quatriênios governamentais. Exercendo pela, primeira vez essa alta função no Governo Afonso Penna, em 1906, fez as encomendas dos nossos primeiros "dreadnoughts" e iniciou a reforma dos serviços navais. Com a morte de Afonso Penna, continuou

no Ministério no Governo Nilo Peçanha, afastando-se, porém, no Governo Hermes da Fonseca, quando o almirante Belfort Vieira foi chamado a exercê-lo. Por morte deste, porém, tornou ao antigo posto; servindo durante o quatriênio Venceslau Braz, novamente como Ministro da Marinha, de 1914 a 1918. Quatro anos mais tarde, a 15 de novembro de 1922, voltou à pasta da Marinha no Governo Artur Bernardes. O almirante Alexandrino de Alencar, que deixou um grande nome no seio de sua classe, nascera na cidade de Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, a 12 de outubro de 1848, e faleceu no Rio de Janeiro.

Seu lema — "Rumo ao mar", — que é o mesmo de Rio Branco, pois ambos se identificavam nos sentimentos patrióticos está sendo cumprido, hoje como nunca, pelo Governo do Presidente Getúlio Vargas que tomou a peito a tarefa da reorganização das nossas forças de terra, mar e ar. Assim é que, desde 1930, foram incorporados à nossa Marinha de Guerra, as seguintes unidades: navio escola "Almirante Saldanha", N.T. "Marajó", N.H. "Rio Branco", N.H. "Jaceguai", N.A. "Vital de Oliveira", N.A. "José Bonifácio", N.T. "Potengi", submarinos "Tamoio", "Tupi" e "Timbira" monitores "Parnaíba" e "Paraguassú", N.M. "Itaurussá", "Itajaí" "Itapemirim" e "Iguapé". Seis contratorpedeiros estão em construção na Inglaterra "Juruá",

“Jutaí”, “Jurema”, “Japurá”, “Jaguaribe” e “Javarí”. No Brasil, as seguintes unidades construídas: “Parnaiba”, “Paraguassú”, “Carioca”, “Camamú”, “Camocim”, “Caravelas”, “Cabedelo”, “Camaquâ”, “Greenghalgh”, “Marcílio Dias” e “Matiz e Barros”.

Além dessas unidades, estão projetados novos cruzadores cuja construção será feita no novo arsenal da ilha das Cobras e breve serão lançados ao mar os “destroyers” denominados “Marcílio Dias”, “Greenghalgh” e “Mariz e Barros”. Além disso, o aprimoramento da nossa aparelhagem naval e do ensino da especialidade estão sendo executados sob vários aspectos.

Quem foi que fez a anexação do Acre ao Brasil?

Foi um bravo e decidido patriota brasileiro, que se chamou José Plácido de Castro. Homem do povo, vindo das camadas humildes, o seu exemplo mostra como as origens modestas não impedem os indivíduos de exercer um alto papel histórico e de prestar serviços à sua Pátria. Não é só esse exemplo o que nos oferece a vida de Plácido de Castro. Ela nos mostra, também, o papel decisivo que a caserna representa na formação de mentalidades sadiamente patrióticas, com as virtudes de chefe e qualidades de mando. Plácido de Castro teve uma vida breve, porém aventurosa. Morreu aos trinta e cinco anos, mas o seu nome ficou indissoluvelmente ligado à nossa história. Nascido em São Gabriel, Rio Grande do Sul, aos dezesseis anos ingressava na vida militar, como praça do 1o. Regimento de Cavalaria, aquartelado no Rio de Janeiro. Aos dezoito anos, ingressava na Escola de Sargentos, do Realengo, cujo curso terminou brilhantemente. Envolvendo-se, porém, na revolta de 1893, foi preso e mandado para a guarnição de Bagé, no Rio Grande do Sul, onde ficou longo tempo sob vigilância e proibido do uso de armas. pode, porém, fugir, indo reunir-se às tropas federalistas, comandadas pelo caudilho Gumercindo Saraiva. Cessada a luta, graças à intervenção pacificadora do Presidente Prudente

de Moraes, que enviara ao Rio Grande do Sul o general Inocêncio Galvão de Queiroz, com instruções para promover um acordo digno, firmado em agosto de 1895, Plácido de Castro pediu baixa das fileiras, deixando o Rio Grande do Sul, onde tantos atos de bravura havia praticado no curso daquela luta. Seguiu para o Norte e seu espírito aventuroso o levou à Amazônia, o novo El-Dorado, então em pleno apogeu, com a borracha a preços elevadíssimos. Em novembro de 1899, a sua presença era assinalada no Acre, onde importantes acontecimentos iam desenrolar-se.

Aquela extensa e rica região, cheia de enormes seringais, era quase totalmente habitada por brasileiros, na sua maioria nordestinos, que haviam descido até ali, na sua obra de penetração, cada vez mais intensa, das terras férteis em hevéia (árvore da borracha). A Bolívia já havia provocado uma manifestação do Governo brasileiro sobre a posse do território do Acre, e o Ministério das Relações Exteriores, na gestão infeliz de Olinto Máximo de Magalhães, reconbecera oficialmente, em nota da sua chancelaria, a soberania boliviana sobre as terras acreanas. A Bolívia, depois desse reconhecimento, resolveu alienar as terras do Acre, cedendo-as a um sindicato estrangeiro, numa concessão que importava, quase, em dar foros de soberania a essa mesma empresa.

Os brasileiros residentes no Acre protestaram contra aquilo que julgavam uma espoliação, pois eles haviam desbravado as matas virgens, ocupando as terras, aberto seus caminhos entre os seringais, e teriam de ser compelidos a abandonar tudo, sem direito a nenhuma indenização. Congregaram-se os seringueiros, sob o comando de Plácido de Castro. Cada homem tinha o seu rifle, a sua Winchester, e a experiência de repelir os insidiosos ataques dos índios indomáveis. Constituíram um pequeno exército e fizeram face às tropas bolivianas — que foram escorraçá-los do Acre, sob a direção do general Pando, ex-presidente da República da Bolívia. Fizeram face e levaram vantagens, graças ao conhecimento íntimo que tinham da região e da navegação dos seus rios. Plácido de Castro proclamou, nessa época, a independência do Acre, que passou a constituir um Estado livre, adotando no seu escudo a famosa legenda da Inconfidência Mineira: "Libertas quae sera tamem". A 23 de janeiro de 1903, rendiam-se as forças bolivianas em operações no Acre, e Plácido de Castro apoderava-se da última posição ainda em poder dos adversários: Porto Acre. Na expectativa de mais graves acontecimentos, o Governo do Brasil resolveu intervir — no sentido, diz a mensagem do Presidente Rodrigues Alves ao Congresso, de proteger a vida dos brasileiros residentes no Acre — adotando-se por acordo

entre os dois países um *modus-vivendi* provisório, até que fosse solucionada, amigavelmente, pelas vias diplomáticas, a difícil e importante questão. Graças à sábia atuação do grande chanceler que foi o barão do Rio Branco, pode ser firmado, no mesmo ano, o famoso tratado de Petrópolis, pelo qual a Bolívia cedia o Acre ao Brasil, mediante certas compensações territoriais em Mato Grosso e uma indenização de 2.000.000 de libras, o que, ao câmbio da época, importava em cerca de cem mil contos de réis.

O próprio Acre, em poucos anos, pagava essa indenização por si mesmo, pois já no ano de 1908 havia subido a 33.000 contos de réis a soma do imposto arrecadado com a exploração da borracha. Plácido de Castro e seus companheiros acolheram com entusiasmo a solução dada à questão, com a incorporação do Acre ao Brasil. O território foi ocupado militarmente por forças do Exército, sob o comando do general Olímpio da Silveira, sendo nomeado para governá-lo o então coronel da arma de engenharia Gabino Besouro. Em 1908, resolveu o Governo fazer uma revisão nos títulos de propriedade, das terras do Acre, considerando terras públicas aquelas cuja "ocupação não estivesse legitimada, e como a maioria dos proprietários as ocupava por conquista, começaram a surgir boatos de uma revolução que estaria sendo tramada sob a chefia de Plácido de Castro, para depor as autoridades

que ali representavam o Governo federal. Muitas animosidades haviam surgido, até então, contra o bravo conquistador do Acre" e, no dia 8 de agosto de 1908, quando voltava para sua propriedade de Capatará, recebeu Plácido de Castro um tiro, numa emboscada, em plena mata. Mesmo ferido — a bala atingiu-lhe o ventre e, ao sair, fraturou-lhe duas costelas — caminhou para a mata na direção de onde viera o tiro, mas não pode prosseguir. Faltaram-lhe as forças e tombou por terra. Conduzido numa rede para um barracão próximo, faleceu Plácido de Castro três dias mais tarde, às 14 horas de 11 de agosto. Na Câmara e no Senado, seu necrológio foi feito com palavras expressivas, pelo deputado Germano Hasslocker e pelo senador Coelho Lisboa. Assim, pereceu tragicamente Plácido de Castro e, com a sua morte, em circunstâncias tão misteriosas, ficou para sempre morando em plena mata, em meio dos seringais gigantes, o corpo do lidador intemerato, que contribuiu para aumentar o Brasil no seu todo territorial, dilatando ainda mais a grandeza geográfica do gigante das Américas.

Quem foi que dissolveu os partidos políticos no Brasil?

Foi o Presidente Getúlio Vargas, obedecendo a um imperativo da consciência nacional, desejosa de ver implantada no Brasil a ordem que é a base do progresso e da existência efetiva dos povos. Nenhuma influência maléfica foi tão perturbadora da vida nacional do que a estéril agitação do partidarismo político em que os interesses dos grupos e facções sempre se sobrepôs, impatrioticamente, aos legítimos anseios coletivos, às verdadeiras aspirações popu1ares. Partidos sem raízes na opinião publica, vivendo da corrupção, do suborno, da violência, da compressão e da fraude, mercadejando empresas públicas e posições de mando, nada mais conseguiam com sua ação nefasta, do que tumultuar o ambiente com as suas paixões e disputas, impedindo, ao mesmo tempo, a boa marcha da administração e dos negócios públicos, sacrificados, nos debates parlamentares a um plano secundaríssimo. Nesse turvo e sombrio panorama, começaram a agir forças desagregadoras e a medrar extremismos da direita e da esquerda, prevalecendo-se da desordem política que desmoralizava o país. Foi quando, com a energia característica das grandes decisões, das medidas oportunas e necessárias de salvação nacional, interveio o Presidente Getúlio Vargas e declarou extintos, sem exceção de um

só, todos os partidos que, longe de representarem uma expressão da soberania popular organizada, nada mais eram que simples engenhos destinados a servir ao parasitismo político. O ato saneador, que integrou o país em ambiente sereno e confiante como jamais houvera, foi assinado pelo Presidente Getúlio Vargas, no dia 2 de dezembro de 1937. Enfrentou o Governo, com bravura, as resistências dos grupos políticos e formações partidárias atingidas, dominando com os aplausos do povo e a fidelidade inabalável das forças armadas, as conspirações forjadas pelos inimigos do bem público. Graças a esse espírito de decisão e a essa convicção firme de que os males nacionais tinham como causa principal as nocivas e impatrióticas crises políticas em que, periodicamente, se debatia o país, pode enfim o Brasil realizar o sagrado lema que ostenta o auriverde pavilhão: “Ordem e Progresso”!

Quem foi que fez a avenida Rio Branco?

Toda gente sabe que a avenida Rio Branco é o orgulho da capital brasileira, hoje um dos maiores centros turísticos do mundo. Mas todos saberão quem fez a Avenida Rio Branco, com a sua bela perspectiva, varando o centro da cidade da praça Mauá à praça Paris? Foi um engenheiro notável, um grande engenheiro nacional chamado Paulo de Frontin. E quem era Paulo de Frontin? Vocês vão sabê-lo agora mesmo. Antes disso, porém, deixem que lhes diga que o Rio de Janeiro de 1900 não era parecido em coisa alguma com o Rio de janeiro de hoje. Aí, onde vocês vêm a esplanada do Castelo, hoje cheia de imponentes edifícios públicos e de sedes de Ministérios, que o Governo do Presidente Getúlio Vargas mandou construir, havia o morro do Castelo, coberto de pardieiros antigos, de casebres e choupanas, e onde vocês vêm a avenida Rio Branco havia casinholas, sem nenhum senso estético, habitações coletivas, botequins sórdidos, ruelas estreitas, becos imundos, por onde mal podia trafegar uma carroça. Paulo de Frontin executou o plano de remodelação da cidade, que lhe foi confiado por Lauro Muller, quando Ministro da Viação. Fez demolir centenas de pardieiros, e foi por isso muito combatido. Donos de casas que estavam compreendidas no traçado da nova

artéria ousaram resistir à picareta renovadora e foram despejados à força.

O Governo gastou muito. Mas só com a valorização dos terrenos adjacentes, vendidos a bom preço, obteve mais do que os gastos que fizera. Paulo de Frontin foi o construtor da avenida. Mas, não é só isso. Era um brasileiro por muitos títulos ilustre e é bom que vocês conheçam, também, a vida dele.

André Gustavo Paulo de Frontin nasceu no Rio de Janeiro, no dia 17 de setembro de 1860. Aos 14 anos de idade, concluídos todos os preparatórios, pode logo matricular-se na antiga Escola Central e, em março de 1879, terminou, com distinção, o curso de engenharia civil e geográfica da já então Escola Politécnica em que aquela se transformara. Durante o tirocínio acadêmico, fundou a “Revista” e a sociedade “União Politécnica”, que também dirigiu. Em dezembro do mesmo ano da formatura, bacharelou-se em ciências físicas e matemáticas e, em 1880, recebeu o título de engenheiro de minas, iniciando, desde logo, a sua carreira no magistério, após brilhante concurso para o lugar de substituto da 1a. secção da Escola Politécnica. Disputou ainda, em seguida, a vaga de substituto de filosofia no Ginásio Nacional lugar que também alcançou por concurso. Em 1882, após novas e brilhantes provas públicas, foi nomeado

para a cadeira de ciências físicas e matemáticas na Escola a que já pertencia. Antes disso, porém, em 1879, iniciara, desde logo, o tirocínio prático de sua profissão, trabalhando, sob a direção dos drs. Vieira Souto e Paula Freitas, na organização do projeto das obras do aterro das praias Formosa e dos Lázaros, e levantamento da planta dos terrenos foreiros do Hospital dos Lázaros. Trabalhou, em 1880, no Reservatório do França, em Santa Teresa, após o acidente que alí se deu e, pouco depois, era nomeado para o lugar de engenheiro-chefe do Escritório de Obras e Abastecimento de Água à cidade do Rio de Janeiro. Realizou, então, notáveis obras e empreendimentos, dirigindo ou tomando parte na canalização de águas da Serra do Comércio, do morro do Livramento, do Xerém e da Mantiqueira, etc. Em 1889, quando uma seca temerosa diminuiu o volume de água nesta capital, tranqüilizou o espírito público prometendo canalizar água em seis dias, o que cumpriu. Data daí a sua fama de técnico no país inteiro, e da qual nunca desmereceu porque sempre deu provas fartas da sua competência e atividade, bastando lembrar que ocupou duas vezes a direção da Estrada de Ferro Central do Brasil, prestando ao país notáveis serviços, como esse da duplicação da linha da Serra, que só por si seria suficiente para sagrar-lhe o nome, as obras da

avenida e arrasamento do antigo morro do Senado, atual esplanada do Senado.

Foi eleito senador federal, pela primeira vez, em 1916, na vaga do dr. Melciades Mário de Sá Freire. Em 1918, na presidência interina do dr. Delfim Moreira, foi nomeado prefeito do Distrito Federal e, no cargo de governador de sua cidade natal, realizou obras de vulto, cuja menção não fazemos por serem todas elas geralmente conhecidas. Deixando a Prefeitura, em, 1919, foi eleito deputado federal.

Eleito governador em duas legislaturas, exerceu também, durante cinqüenta e dois anos, o magistério secundário e superior, como professor do Colégio Pedro II e da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Paulo de Frontin faleceu a 15 de fevereiro de 1933, depois de haver prestado à cidade grandes serviços de embelezamento urbano e de haver ensinado a várias gerações de brasileiros.

A obra de Paulo de Frontin em prol do embe1ezamento e do conforto da capital brasileira tem sido continuada sob o Governo do grande amigo da cidade que é o Presidente Getúlio Vargas, e do delegado de sua confiança, o prefeito Henrique Dodsworth. Estradas magníficas, destinadas ao incremento do turismo no Distrito Federal, dão hoje acesso aos pontos

pitorescos da cidade. O Rio vai ter água em abundância, com a construção de novas linhas adutoras, que reforçarão o antigo e tão deficiente abastecimento e serão em pouco inauguradas, fornecendo mais seis milhões de litros de água diariamente. Novas avenidas são rasgadas em vários bairros, e a mais imponente de todas deverá ser a que ligará a Urca ao Leblon. Velhas ruas e praças são alargadas, remodeladas, asfaltadas. E uma verdadeira febre de construções anda por toda a cidade, atestando o progresso vertiginoso da cidade de que Paulo de Frontin foi um dos reformadores principais.

Quem foi que disse:
"O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o Oeste"?

Foi o Presidente Getúlio Vargas quem disse essa frase que resume, numa síntese feliz, o rumo da civilização brasileira, o caminho que devemos seguir para que o nosso país, como todos os bons patriotas desejam, produza, enriqueça, revigore as suas fontes de economia, dilate as suas perspectivas. Que quis significar com isso o Presidente Getúlio Vargas? Quis dizer que devemos conquistar os nossos próprios territórios ainda virgens, povoá-los, desbravá-los, pô-los em contato com os centros, civilizados do litoral, através de um bom sistema de vias de comunicação, transformá-los, enfim, em grandes centros produtores, em celeiros poderosos em que o Brasil poderá abastecer-se abundantemente. A vida brasileira é adstrita, por enquanto, quase que somente ao litoral, que progride às vezes artificialmente, sem que o Oeste sofra um influxo benéfico de progresso real. Essa frase tão sugestiva foi proferida pelo Presidente Getúlio Vargas no memorável discurso em que, na primeira hora do ano de 1938, o Chefe do Governo fez ao povo a tradicional saudação do dia de Ano-Bom. Acompanhemos, neste passo, o pensamento do Presidente Vargas.

“A civilização brasileira — diz o Chefe do Governo — mercê dos fatores geográficos, estendeu-se no sentido da longitude, ocupando o vasto litoral, onde se localizaram os centros principais de atividade, riqueza e vida. Mais do que uma simples imagem, é uma realidade urgente e necessária galgar a montanha, transpor os planaltos e expandir-nos no sentido das latitudes. Retomando a trilha dos pioneiros que plantaram no coração do Continente, em vigorosa e épica arrancada, os marcos das fronteiras territoriais, precisamos de novo suprimir obstáculos, encurtar distâncias, abrir caminhos e estender fronteiras econômicas, consolidando, definitivamente, os alicerces da Nação. O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o Oeste. No século XVIII, de lá jorrou o caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o Continente das cobiças e tentat1vas aventurosas. E lá teremos de ir buscar: — dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das entranhas da terra, o metal, com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial”.

Em outro discurso, proferido no mesmo ano, falando do “imperialismo brasileiro”, acrescentou o Presidente Vargas: “O Brasil mostra, dentro das suas divisas, regiões metropolitanas e zonas coloniais. O imperialismo brasileiro consiste, portanto, na expansão demográfica e econômica

dentro do próprio território, fazendo a conquista de si mesmo e a integração do Estado, tornando-o de dimensões tão vastas quanto o próprio país."

Eis ai, definido e completo, o pensamento do Presidente Vargas que a frase acima tão bem define, constituindo uma verdadeira síntese de programa.

Quem foi que fez a música do Hino Nacional?

Foi o maestro brasileiro Francisco Manuel da Silva, nascido no Rio de Janeiro, a 21 de fevereiro de 1795, e falecido a 18 de dezembro de 1865. Aluno do padre José Maurício, um dos primeiros grandes compositores do Brasil, fez parte do grupo de músicos que executavam as partituras da Real Câmara do Imperador D. Pedro I. Além do Hino Nacional, compôs Francisco Manuel da Silva numerosas outras obras de grande valor. Foi diretor do Conservatório de Música e regeu a grande orquestra de seiscentos e cinqüenta e três cantores e duzentos e quarenta e dois instrumentistas, que participou da inauguração, feita com a presença de D. Pedro II, da estátua do nosso primeiro Imperador. O Hino Nacional tem uma história curiosa. Logo nos primeiros anos da vida republicana, houve uma tentativa no sentido de substituí-lo. Os republicanos ardorosos e extremados cuidavam que não ficava bem continuar a República com o Hino que era o mesmo do tempo da Monarquia. O Hino foi abolido e Aristides Lobo, que então exercia o cargo de Ministro da Justiça, abriu uma "concorrência entre os compositores nacionais", para um novo hino. A esse concurso concorreram, sendo classificados, os compositores Francisco Braga, J. de Queiroz, Alberto Nepomuceno e Leopoldo Miguez. Os

trabalhos classificados foram executados em espetáculo de gala, no antigo Teatro Lírico, com a presença do marechal Deodoro da Fonseca, de todos os seus ministros e das suas casas civil e militar.

O Hino de Leopoldo Miguez, com letra de Medeiros e Albuquerque, fora a peça de maior agrado, sendo oficializado com o nome de Hino da Proclamação. O belo trabalho de Francisco Manuel da Silva também ficara oficializado, com o nome de Hino da Independência, mas desde então não foi mais tocado nas festas públicas, nas solenidades oficiais, nas comemorações cívicas. No dia, porém, em que era comemorado o primeiro aniversário da República, a 15 de novembro de 1890, ao receber uma expressiva manifestação popular, o marechal Deodoro recebeu, igualmente um pedido para que fosse retirado do esquecimento em que jazia o hino maravilhoso de Francisco Manuel da Silva, esse hino de acordes vibrantes que todo o país e todos os brasileiros ouvem, diariamente, através da Hora do Brasil.

Deodoro acedeu. Fora, estavam postadas várias bandas de música que, a um sinal dado pelos manifestantes, imediatamente executaram, em conjunto, o velho Hino Nacional. Se, por um lado, houve verdadeiro delírio no seio da multidão, vibrante de entusiasmo, por outro o

episódio desencadeou verdadeiro pânico nos curiosos desavisados que, aproximando-se do local e ouvindo tocar o Hino, aparentemente repudiado pelos republicanos, suspeitaram logo de uma revolução vitoriosa que tivesse restaurado a Monarquia... Ligeiro tumulto então verificou-se, mas logo tudo foi esclarecido. O Hino Nacional, desde então, ficou restaurado, e teve, em 1912, o seu complemento necessário, com a oficialização da letra escrita por Osório Duque Estrada. Deodoro da Fonseca pensou bem restaurando o Hino Nacional, porque ele não lembrava o Imperador, nem a Monarquia. Lembrava o Brasil, lembrava a Pátria, que todos os brasileiros devem saber amar, respeitar e defender.

Quem foi que integrou o Exército Nacional no seu verdadeiro valor?

Foi o Presidente Getúlio Vargas quem operou o ressurgimento militar no Brasil, procurando dotar as nossas forças armadas de aparelhamento eficiente, capaz de atender necessidades da defesa nacional. Nesta época de ameaças, em que a soberania e a integridade territorial das nações fracas e desarmadas estão à mercê dos propósitos expansionistas dos países mais fortes e melhor providos de recursos bélicos, erro seria confiar demasiado e supor que o nosso território, tão rico de matérias primas, não pudesse, do mesmo modo, provocar a cobiça estrangeira. O melhor meio de nos resguardar é desenvolver a nossa potencialidade bélica, não com propósitos de agressividade, contrário à nossa índole, mas como uma garantia de tranqüilidade, de paz e de trabalho.

O revigoramento das nossas forças armadas tem preocupado seriamente o Governo! Por todo o país quartéis estão sendo modernizados e construídos. As indústrias bélicas foram consideravelmente incrementadas e, em breve, o Brasil poderá produzir quase tudo quanto o Exército necessita, para o seu aparelhamento e para a sua renovação material. O que a indústria brasileira ainda não produz vem sendo

encomendado no estrangeiro. Além disso, está sendo construída, em Rezende, pelo Governo, a nova e imponente Escola Militar do Brasil, destinada a formar os novos oficiais do nosso Exército. À acuidade do Presidente Getúlio Vargas não têm escapado os problemas que interessam à defesa nacional e ao aprimoramento das nossas forças armadas, objetos de sua ação constante e desvelada.

Quem foi que fez a letra do Hino Nacional?

Quando vocês cantam nas escolas, ou ouvem entoar nas grandes cerimônias cívicas de exaltação à Pátria as estrofes sonoras do Hino Nacional — "Ouviram do Ipiranga às margens plácidas etc." — devem lembrar-se, de certo, de quem escreveu esses versos que todos nós sabemos de cor e repetimos ao compasso da música heróica de Francisco Manuel. Quem os escreveu foi Osório Duque Estrada. Quem era esse poeta? Um duque mesmo? Não. Duque Estrada é apenas o seu nome de família. Não apresenta um símbolo de nobreza ou fidalguia aristocrática.

Ele se chamava, por extenso, Joaquim Osório Duque Estrada e nasceu em Pari do Alferes, no Estado do Rio, a 29 de abril de 1870, e era sobrinho do ilustre general Osório, marquês do Herval, de quem tomou, em homenagem ao insigne vulto do Exército imperial, o seu segundo nome. Fez o curso de humanidades no Colégio Pedro II, e ainda era aluno desse instituto quando publicou o seu primeiro livro de versos, "Alvéolos", e começou a participar da propaganda abolicionista e republicana. Em 1902, publicou "Flora de maio", que seu sucessor na Academia de Letras, o escritor Roquette Pinto, disse considerar o melhor dos seus livros. Exerceu

durante algum tempo o cargo de encarregado dos negócios do Brasil na capital do Paraguai, deixando, porém, a diplomacia para servir no magistério e dedicar-se às letras e ao jornalismo. Fez crítica literária no "Correio da Manhã" e no "Jornal do Brasil", tornando-se, pela severidade da sua opinião, o terror dos estreantes na literatura nessa época. Osório Duque Estrada, que escreveu ainda uma "História do Brasil", para as escolas primárias, e os livros "Leituras militares" e "A arte de fazer versos", além de outras obras, foi o sucessor de Sílvio Romero na Academia Brasileira de Letras.

Vocês estão, sem dúvida, curiosos por saber como foi que Osório Duque Estrada se fez autor da letra do Hino Nacional. Vamos explicar isso. O Hino Nacional, de Francisco Manuel, tinha uma letra, feita em 1822, que caíra em desuso, repudiada que fora pelo povo, por não se coadunar com o regime republicano, sob o qual o Brasil passou a viver desde 15 de novembro de 1889. Osório Duque Estrada, revelando nisso o seu espírito patriótico, escreveu uma letra nova, que é a atual, a qual foi submetida à aprovação do Congresso Nacional, em 1912, tendo sido aprovada e sendo dado um prêmio ao seu autor. É essa a origem da letra do Hino Nacional que há quase trinta anos se acha oficialmente adotada.

Quem foi que fez desaparecerem as bandeiras estaduais e instituiu a Bandeira única no Brasil?

Foi o Presidente Getúlio Vargas, que sempre se mostrou tenaz adversário do caudilhismo e do sentimento regionalista exagerado, contrapostos ao sentimento nacionalista que deve inspirar a todos os brasileiros. A excessiva autonomia dos Estados, gerou singular conflito entre eles. A desunião era tal que os Estados pareciam menos partes integrantes de um todo único — o Brasil — do que "patriazinhas" com existência própria, vivendo por si mesmas, em constantes querelas com os vizinhos. As questões de fronteiras eram quase sempre fontes de incidentes desagradáveis, explorados pelo regionalismo nocivo e malsão. Em vez da gloriosa Bandeira Brasileira, o símbolo máximo da Pátria, tremulava em cada Estado um pavilhão próprio, uma bandeirinha regionalista. O último golpe do Presidente Getúlio Vargas, extirpando as raízes mais profundas do regionalismo, foi a extinção das bandeiras estaduais, incineradas em praça pública, em cerimônia simbólica, em frente à Bandeira do Brasil, e a abolição de armas, escudos ou quaisquer símbolos estaduais, que são taxativamente proibidos Essa medida constitui o objeto do artigo 2o. da Constituição de 10 de novembro, que reza "A bandeira, o hino, o escudo e as armas nacionais são de uso obrigatório em

todo o país. Não haverá outras bandeiras, hinos, escudos e armas. A lei regulará o uso dos símbolos nacionais". A cerimônia da incineração das bandeiras dos vinte Estados brasileiros foi realizada durante a grande cerimônia cívica do dia 27 de novembro de 1937, na praia do Russel, perante o altar da Pátria, onde se estampava gigantesca, bela e majestosa Bandeira Nacional. Presentes o Presidente Getúlio Vargas e todos os ministros de Estado, altas autoridades civís e militares e incalculável multidão, foram os símbolos estaduais, representantes do sentimento regionalista, queimados numa pira, proferindo o Ministro da Justiça estas eloqüentes palavras, que vale a pena transcrever aqui:

"Bandeira do Brasil, és hoje a única. Hasteada a esta hora em todo o território nacional, única e só, não há lugar no coração dos brasileiros para outras flâmulas, outras bandeiras, outros símbolos. Os brasileiros se reuniram em torno do Brasil e decretaram, desta vez com a determinação de não consentir que a discórdia volte novamente a dividi-la, que o Brasil é uma só Pátria e que não há lugar para outro pensamento que não seja o pensamento do Brasil, nem espaço e devoção para outra bandeira que não seja esta, hoje hasteada por entre as bênçãos da Igreja e a continência das espadas e a veneração do povo e os cantos da juventude. Tu és a única, porque só há um Brasil; em torno de

ti se refaz de novo a unidade do Brasil, a unidade de pensamento e de ação, a unidade que se conquista pela vontade e pelo coração, a unidade que somente pode reinar quando se instaura pelas decisões históricas, por entre as discórdias e as inimizades públicas, uma só ordem moral e política, a ordem soberana, feita de força e de ideal, a ordem de um único pensamento e de uma só autoridade, o pensamento e a autoridade do Brasil."

Quem foi que fez correr o primeiro bonde no Brasil?

Aí está uma coisa que vocês talvez ignorem: o bonde, no Brasil, apareceu primeiro do que em qualquer das cidades européia e de qualquer outro país da América do Sul. A primeira linha de bonde construída neste hemisfério do continente americano foi a da Companhia Jardim Botânico, conhecida na época pelo nome de Botanical Garden Railroad. Sua primeira linha ia da rua Gonçalves Dias, esquina da rua do Ouvidor, até à praça Duque de Caxias (antigo largo do Machado). A inauguração dos carris, conta o velho repórter Ernesto Senna, coincidiu com o lançamento do empréstimo ou apólices ouro (bonds), resultando daí passarem os "tramways" a serem conhecidos pelo nome de "bondes" no Brasil. Devemos esse marco de progresso da capital brasileira ao americano Charles B. Greenough, que obteve por transferência a concessão feita, pelo Governo Imperial, ao barão de Mauá, e logrou, com o apoio de um amigo, o capitalista Erastus Corning, de Albany, vencer todas as dificuldades, podendo inaugurar a primeira linha, naquela extensão, a 9 de outubro de 1868, com a presença do Imperador D. Pedro II, da Imperatriz D. Teresa Cristina, e do Ministro da Agricultura. O "Jornal do Comércio" do dia seguinte fez a descrição dos carros nestes termos:

“O trajeto se fez entre alas de povo, achando-se também as janelas guarnecidas de espectadores. Os carros são cômodos e largos, sem por isso ocuparem mais espaço do que as gôndolas, porque as rodas giram debaixo da caixa, e uma só parelha de bestas puxa aquela pesada máquina suavemente sobre os trilhos, sem abalo para o passageiro, que quase não sente o movimento”.

Grandes foram as dificuldades que Greenough teve que vencer. No próprio momento da inauguração, um fiscal da Municipalidade entregou-lhe, na presença do Imperador, uma intimação, multando-o por infrações tais ou quais e proibindo o tráfego dos carris. D. Pedro, vexado com esse embaraço criado ao empreendedor americano, disse-lhe então:

—Receba a intimação... Receba, mas mande tocar os bondes.

Os primeiros dividendos da companhia eram de dois contos por ação de vinte e cinco dólares. Logo a linha foi levada até Botafogo, e continuou a companhia a desenvolver-se, até que se fundiu com outras e os carris elétricos substituíram, por sua vez, os bondinhos puxados a burro...

Quem foi que fez as leis trabalhistas brasileiras?

O Presidente Getúlio Vargas, fundando o Ministério do Trabalho e criando as leis trabalhistas que hoje protegem o operário brasileiro, realizou uma obra de extraordinário alcance social. Antes do seu Governo, as aspirações das massas trabalhadoras não encontravam eco algum. Eram consideradas, sob um ponto de vista sumário e desumano, como "um simples caso de polícia". Sem encorajar rebeldias, sem animar lutas de classes, sem excitar antagonismos — antes visando conciliar os interesses dos trabalhadores com os patrões, dos operários com os industriais, dos empregados com os empregadores, o Presidente Getúlio Vargas tem realizado uma obra sob todos os aspectos notável, nesse setor importantíssimo. E as leis decretadas caracterizam-se por um alto espírito humanitário e um amplo senso de equidade, visando satisfazer, dentro do possível, as aspirações mínimas dos trabalhadores, sem criar para a indústria embaraços de que resulte a sua desorganização. O Presidente Getúlio Vargas tem se revelado no poder o maior amigo dos operários, o patrono dos interesses dos homens do trabalho que fazem pelo seu esforço rude e honrado, pelo seu labor de todos os dias, a grandeza e a prosperidade econômica do país. A propósito, cabem aqui algumas palavras ditas

pelo Presidente Getúlio Vargas no seu discurso às classes operárias, proferido a 1o. de maio de 1938: “O trabalho só se pode desenvolver em ambiente de ordem. Por isso, a lei do salário mínimo, que vem trazer garantias ao trabalhador, era uma necessidade que há muito se impunha. Como sabeis em nosso país, o trabalhador, principalmente o trabalhador rural, vive abandonado, percebendo remuneração inferior às suas necessidades. No momento em que se providencia para que todos os brasileiros tenham casa barata, isentadas do imposto de transmissão, torna-se necessário ao mesmo tempo, que pelo trabalho se lhes garanta a subsistência, o vestuário e a educação dos filhos. O trabalho é o maior fator de elevação da dignidade humana. Ninguém pode viver sem trabalhar; e o operário não pode viver ganhando apenas o indispensável para não morrer de fome! O trabalho justamente remunerado eleva-o na dignidade social. Além dessas condições, é forçoso observar que, num país como o nosso, onde em alguns casos há excesso de produção, desde que o operário seja melhor remunerado poderá, elevando o seu padrão de vida, adquirir mais dos produtores, e, portanto, melhorar as condições do mercado interno.

Após a série de leis sociais com que tem sido amparado e beneficiado o trabalhador brasileiro, a partir da organização sindical, da lei dos dois

terços, que terá de ser cumprida e está sendo cumprida, das férias remuneradas, das caixas de aposentadoria e pensões, que asseguram a tranqüilidade do trabalhador na invalidez e a dos seus filhos na orfandade, a lei do salário mínimo virá assinalar, sem dúvida, um marco, de grande relevância na evolução da Legislação social brasileira".

O Ministério do Trabalho, criado a 26 de novembro de 1930, é hoje um dos organismos mais ativos da administração brasileira, e entre as suas células mais, importantes estão a justiça do trabalho, a organização da previdência social e dos sindicatos profissionais.

Quem foi que disse:
"Quem nasce no Brasil, ou é brasileiro ou traidor"?

Foi o ilustre militar e homem público brasileiro Lauro Muller, que, descendente de pais prussianos, que haviam emigrado para Santa Catarina, sempre deu as mais belas e vigorosas demonstrações de nunca desmentido patriotismo. Lauro Muller nasceu em Itajaí, naquele Estado sulino, a 8 de novembro de 1863. Aos vinte e um anos de idade, assentou praça e, três anos depois, a 21 de março de 1885, saía alferes-aluno, sendo promovido a segundo tenente em janeiro de 1890, a capitão a 18 de março do mesmo ano e a major a 14 de dezembro de 1900. Fez o curso de engenharia militar e, depois de promoções sucessivas, alcançava, em 1914, o posto de general de brigada. Foi lente da Escola Militar e ingressou na vida pública quando, ao ser proclamada a República, foi nomeado governador de Santa Catarina. Serviu no Paraná, em defesa do Governo de Floriano Peixoto, sob o comando de Gomes Carneiro, ajudando a submeter os revolucionários. Eleito deputado em duas legislaturas, foi em seguida senador e Ministro da Viação, pasta que foi chamado a ocupar no Governo de Rodrigues Alves, a cuja administração pertenceu até 1906, quando voltou ao Senado. Quando, porém, faleceu o grande chanceler barão do Rio Branco, a convite do marechal Hermes da

Fonseca, ocupou a pasta vaga. Não foi só no Ministério das Relações Exteriores que lhe coube suceder a Rio Branco. Também, na Academia Brasileira de Letras, ocupou Lauro Muller a cadeira vaga com a morte do notável diplomata. Nessa pasta conservou-se até 1917, quando espontaneamente se demitiu do Ministério, voltando a desempenhar o mandato de senador, de que se achava investido, ao falecer, com a idade de 63 anos, a 30 de julho de 1926.

Patriota, defendendo a incorporação do imigrante à população brasileira, como o único modo pelo qual se justificaria a presença do elemento alienígena no país, Lauro Muller defendeu nessa frase lapidar o seu ponto de vista de patriota, de brasileiro, de cidadão que muito amava o seu país:

—Quem nasce no Brasil, ou é brasileiro ou traidor!

Quem foi que disse:
"Acabaram-se os intermediários entre o Governo e o Povo"?

Foi o Presidente Getúlio Vargas, que quis, com essa frase, exprimir que, extinta a casta nociva dos políticos profissionais, os benefícios que o Estado proporciona serão distribuídos indistintamente a todos os cidadãos que os mereçam, e não aos protegidos de determinados partidos ou agrupamentos eleitorais, que pretendiam negociar com os empregos públicos e com as leis do país, legislando, às vezes, absurdamente, para atender a impuros interesses partidários. O Presidente Getúlio Vargas quis exprimir, também, que, para cada brasileiro pleitear aquilo que julga de seu direito, basta representar por si mesmo aos poderes públicos, que examinarão a justiça das suas pretensões. Cada brasileiro que se julgar ferido num direito seu, pode, inclusive, representar diretamente ao Presidente da República. O Chefe do Governo, Sr. Getúlio Vargas, examina diariamente centenas de representações e petições diversas que lhe são enviadas de todos os recantos do Brasil — as quais são fichadas, numeradas e classificadas pela secretaria da Presidência, num serviço primoroso de organização e controle. Todas essas representações são respondidas e, a qualquer tempo, poderá verificar-se, se preciso, o despacho

que receberam. É um sistema que mostra quanto o Presidente da República se interessa pela sorte dos cidadãos que a ele recorrem, e tem proveito bem maior que o sistema das audiências públicas, em que há maior dispêndio de tempo e nem sempre os peticionários logram exprimir-se com tanta exatidão como por escrito. Por tudo isso, pode-se repetir, com toda a verdade que, realmente, "acabaram-se os intermediários entre o Governo e o Povo".

Ridendo Castigat Mores
www.jahr.org

Versão para eBook
eBooksBrasil.com

Fevereiro 2001

Versão para eBookLibris e pdf Fevereiro 2005